

Rh-econômico

ANO VI — N.º 61 — Fevereiro/75 — Cr\$ 10,00

**Por que param
os projetos ?**

a **SUDENE**

colabora com este empreendimento

ART. 34 - LEI 3995/61

ART. 18 - LEI 4239/63

ART. 18 - LEI 4869/65

406

Clay

CONJUNTOS SANITÁRIOS (últimos lançamentos) E MUITAS COISAS MAIS !

Uma firma eclética, que tem tudo em material de construção, e algo mais de que você pode necessitar. Como Ferragens em Geral, Ferramentas Agrícolas, Gasolina, Querosene Diesel e Lubrificantes Texaco. Assim é GALVÃO MESQUITA FERRAGENS S. A.



GALVÃO MESQUITA FERRAGENS S/A

Matriz: Dr. Barata, 217/219

Câmara Cascudo, 210/216 (Galeria)

ALUGUE UM MAVERICK E DIRIJA *tranquilo!*

CARROS DO ANO,
COM OU SEM
MOTORISTA.
FUNCIONA COM O
MESMO SISTEMA
E NOS MESMOS.
MOLDES DAS
LOCADORAS DO
SUL DO PAÍS.



AUTO LOCADORA DUDU LTDA.

Rua Princesa Isabel, 602 - Fone 2-4144 — Rua Deodoro, 602 - Fone 2-1039 - Natal

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Gerente Financeiro

Núbia Fernandes de Oliveira

Gerente Industrial

Creso Barbalho

Redator Chefe

Manoel Barbosa

Redatores

Sebastião Carvalho
Nelson Hermógenes Freire
Gilberto Barroso
Gerson Luiz

Arte

Manoel Araújo de Andrade

Fotos

João Garcia de Lucena

Colaboradores

Alvamar Furtado
Benivaldo Azevedo
Cortez Pereira
Dalton Melo
Domingos Gomes de Lima
Edgar Montenegro
Epitácio de Andrade
Fabiano Veras
Fernando Paiva
Genário Fonseca
Hélio Araújo
Hênio Melo
Joanilson P. Rego
João de Deus Costa
João Wilson M. Melo
Jomar Aleerim
Luiz Carlos A. Galvão
Manoel Leão Filho
Moacyr Duarte
Ney Lopes de Souza
Nivaldo Monte
Otto de Brito Guerra
Severino Ramos de Brito
Túlio Fernandes Filho
Ubiratan Galvão

REPORTAGENS**INCENTIVOS**

Só o Fundão pode melhorar o sistema de
Incentivos Fiscais **8**

Técnicos explicam o fracasso dos projetos
que a Sudene aprovou **11**

Apesar de tudo, há confiança
no futuro da Sudene **18**

ABASTECIMENTO

Cooperativa dá rumo certo à ILNASA **23**

JUSTIÇA

Excesso de questões trabalhistas traz nova
Junta de Conciliação **25**

NEGÓCIOS

Usina Estivas produz 69% do açúcar do RN **28**

TECNOLOGIA

Computadores do Compern ajudam
Estado a se desenvolver **34**

SECCÕES

Homens & Empresas **4**

Página do Editor **38**



2-0706 • 2-4455

os telefones de
RN-ECONÔMICO

VOCÊ PODE UTILIZÁ-LOS A QUALQUER HORA
PARA SOLICITAR ASSINATURA (Cr\$ 40 POR ANO)
OU PARA RESERVAR ESPAÇO PARA O ANÚNCIO
DE SUA EMPRESA EM NOSSA REVISTA.

RN-ECONÔMICO, revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade da Editora RN-ECONÔMICO Ltda. CGCMF08423279 001. Endereço: Rua Prudente de Moraes, 1524 — Fones: 2-4455 e 2-0706 — Natal-RN. Impressa na GRÁFICA RN-ECONÔMICO. É permitida a reprodução total ou parcial de matérias, desde que seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 10,00. Número atrasado: Cr\$ 12,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 40,00. Assinatura para outros Estados: Cr\$ 50,00.

HOMENS & EMPRESAS

○ SORIEDEM EM JARDIM DO SERIDÓ

Edson Medeiros informa que ainda este ano será inaugurada a filial de Jardim do Seridó das Confeções Soriedem S. A., inicialmente assegurando emprego direto para duzentas pessoas. Serão aproveitadas algumas áreas já existentes na usina de beneficiamento de algodão que o grupo Medeiros mantém naquela cidade, num total de 800 metros quadrados.



Leônidas de Paula

○ COMERCIAL PAULA CABRAL É REVENDEDOR DA PURINA

A Comercial Paula Cabral foi designada revendedora exclusiva para o Estado das rações balanceadas produzidas pela Purina. Leônidas de Paula, diretor da empresa, tem desenvolvido intensas atividades no contato com criadores de gado e está conseguindo ótimos índices de venda. Afirma ele que não existe nenhuma dificuldade em colocar os produtos da Purina no mercado, pois os mesmos já são muito conhecidos pela sua qualidade excepcional. A Purina tem quase uma dezena de fábricas pelo Brasil e é a maior indústria de rações balanceadas do mundo.



○ NELSON FREIRE DIRIGE A RIONORTE

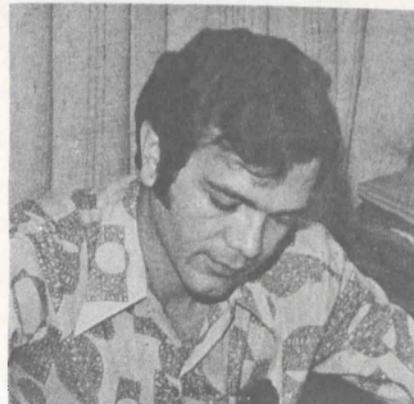
O economista Nelson Hermógenes Freire, um dos redatores de RNECONÔMICO, foi convidado pelo governador Tarcísio Maia para ocupar o cargo de Diretor de Operações da Rionorte — Crédito, Financiamento e Investimento. Além de excelente técnico, Nelson se destaca como jornalista especializado em assuntos econômicos. No momento, ele se encontra em São Paulo realizando estágio de 30 dias na financeira Lavra S. A., do grupo Papa Júnior, e só em meados de abril ele assumirá o seu posto na Rionorte.

○ SOCIC INSTALA AR CONDICIONADO NO PRÉDIO DO INPS

O edifício do INPS, com 14 andares, é agora a maior área refrigerada do Rio Grande do Norte, dispondo de uma central de ar condicionado com capacidade para 242 toneladas de refrigeração. Coube à SOCIC Industrial o trabalho de construir e montar esta central, operação que durou 120 dias. Informa o gerente da SOCIC no Estado, José Anchieta Figueiredo, que sua empresa parte agora para instalar uma poderosa central de refrigeração na nova fábrica da CONTÊ, o que será feito em 90 dias.

○ A. GASPAR COMPRA MÁQUINAS À MARCOSA

A Marcosa, firma que revende as máquinas Caterpillar para o Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, acaba de realizar mais uma grande venda. A Construtora A. Gaspar, que está formando seu próprio parque de máquinas pesadas, adquiriu uma motoniveladora 120B, um trator de esteira D4, uma carregadeira de pneus 930, tudo da linha Caterpillar, além de um trator de esteira CBT e um rolo vibratório Müller. O valor da compra foi superior a Cr\$ 1,2 milhão.



○ GARIBALDI MEDEIROS VAI À RÚSSIA VENDER CAMISAS

Garibaldi Medeiros, diretor das Confeções Soriedem S. A., está com viagem marcada à Rússia em maio próximo, acompanhando uma missão da BRASPETRO. Tencionava Garibaldi aprofundar as conversações iniciais mantidas em Natal com funcionários do governo soviético que visitaram a Soriedem e demonstraram interesse em importar as confeções da sua marca. Como essa indústria duplicará a sua produção de calças e camisas masculinas dentro de mais um ano, passando das atuais 10 mil peças/dia para 20 mil, a idéia de exportar é muito bem aceita.

○ RN ATINGE COTA FIXADA PELO IAA

Pela primeira vez o Rio Grande do Norte atingiu a cota anual de produção de açúcar, fixada pelo IAA, que em 1974 foi de 600 mil sacos. Isto se deve, sem dúvida, à política expansionista da Usina Estivas S. A., que atingiu na última safra a casa dos 437 mil sacos, superando em 50 mil sacos a produção 73/74. A Companhia Açucareira Vale do Ceará-Mirim, ainda atravessando os naturais problemas de mudança administrativa e de implantação de nova estrutura industrial, não foi além da produção de 200 mil sacos. Por outro lado, para a próxima safra, a previsão da Usina Estivas é produzir 520 sacos.

○ COMPANHIA AÇUCAREIRA OBTÉM FINANCIAMENTO

A Companhia Açucareira Vale do Ceará-Mirim obteve do Instituto do Açúcar e do Alcool novo financiamento no valor de Cr\$ 23 milhões, para complementar o valor dos investimentos que vêm sendo feitos no sentido de modernizar e expandir a Usina São Francisco. Geraldo José de Melo, diretor da Companhia, anuncia que a empresa está importando da Inglaterra uma nova moenda, no valor de Cr\$ 15 milhões, que deverá chegar ao Brasil até o final de maio e que poderá entrar em funcionamento antes do final da safra 75/76. Por outro lado, a Companhia Açucareira fará a implantação de uma refinaria de açúcar tipo "fine granulated", para exportação, com o que esta usina estará colocada entre as mais modernas do mundo. Promete Geraldo que na próxima safra a sua empresa alcançará a produção de 450 mil sacos, graças à colheita de 130 mil toneladas de cana plantada recentemente no vale do Ceará-Mirim, e esperando-se que este ano não ocorram as inundações que em 1974 destruíram cerca de 80 mil toneladas de cana.

○ NATAL VEÍCULOS EM CONSTRUÇÃO

Segue em ritmo acelerado a construção das novas instalações de Natal Veículos e Peças S. A., concessionário Chevrolet para o Rio Grande do Norte.



Sebastião Cardoso

○ CASAS CARDOSO TECIDOS ABREM GALERIA

Sebastião Cardoso, Diretor-Presidente de Casas Cardoso-Tecidos, anuncia para o final de abril a inauguração da sua loja-galeria, ligando a avenida Rio Branco à rua Princesa Isabel. Com este empreendimento, as Casas Cardoso — Cidade Alta se transformarão no maior salão de modas do Rio Grande do Norte. E Cardoso reafirma o seu propósito de continuar lançando em primeira mão, em Natal, as últimas criações da indústria têxtil brasileira.

○ PRODUTOS DORE GANHAM O MERCADO

A disputa do mercado de refrigerantes em Natal ganha novos ângulos, graças à ostensiva penetração que os produtos da Dore estão obtendo, notadamente o Dore Cola, que concorre em pé de igualdade com a Coca Cola. De acordo com informações das gerências dos supermercados, a linha de refrigerantes Dore (guaraná, soda limonada, laranja e sabor Cola) tem sido mais procurada, a cada semana que passa.

○ LOCADORA DUDU TEM CARROS NOVOS

Com a sua frota totalmente renovada, a Locadora de Automóveis Dudu vem mantendo há vários anos a liderança no serviço de aluguel de carros em Natal. Trabalhando principalmente para turistas, esta Locadora goza de excelente conceito por oferecer sempre carros novos e revisados. Nas suas instalações da rua Princesa Isabel são encontrados desde o fusquinha até o Galaxie LTD e nas últimas semanas foram adquiridos um Passat e um Maverick zero quilômetro.

○ A SERTANEJA ABRE FILIAIS

A Sertaneja Eletrodomésticos, empresa do grupo Radir Pereira, parte para a abertura de mais duas filiais, desta feita nas cidades de Pau dos Ferros e Cuité (PB), ambas com inauguração prevista para o mês de maio. Por outro lado, Francisco Araújo, que assumiu a função de diretor de vendas da empresa, informa que em junho será iniciada a construção da maior loja de A Sertaneja, que ficará situada na esquina da Av. Deodoro com a Rua João Pessoa, ocupando quatro andares de um prédio que, possivelmente, terá 14 pavimentos, dez dos quais destinados a escritórios.



○ HERMANO ALMEIDA PREFEITO DE JOÃO PESSOA

O engenheiro Hermanno Almeida, diretor da Construtora Norte Brasil, empresário com largo círculo de amigos e prestígio em Natal, foi convidado pelo governador da Paraíba para o cargo de prefeito de João Pessoa. Apesar de ser paraibano, Hermanno vinha nos últimos anos desenvolvendo suas atividades empresariais no Rio Grande do Norte, tendo como sócio José Aurélio Guedes.

○ CLOVIS COSTA MELHORA SERVIÇO

Com a aquisição de uma balancadora eletrônica da Hofmann do Brasil e uma máquina dupla para recauchutagem, a firma Clovis Costa Indústria e Comércio S. A., revendedora Tyresoles em Natal, está aperfeiçoando cada dia mais os seus serviços. Por outro lado, os pneus da famosa marca Pirelli também estão à venda em Clovis Costa.

INOCOOP constrói mais 2.240 casas e 48 apartamentos em Natal

Até maio deste ano, o INOCOOP aplicará em Natal mais Cr\$ 82,9 milhões, para atender a programas em execução.

O INOCOOP — Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais — é um dos diversos órgãos que recebem orientação direta do Banco Nacional de Habitação, criados para efetivar a política governamental de incremento à construção da casa própria de pessoas com rendimentos em torno de 2 a 12 salários mínimos regionais. É um órgão sem fins lucrativos, que executa também uma campanha permanente junto aos organismos de classe, estimulando e orientando a organização e constituição de novas cooperativas habitacionais, promovendo, sempre que necessário, pesquisas sócio-econômicas, a fim de dimensionar a poupança e demanda existentes.

No Rio Grande do Norte o INOCOOP é composto de um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. Essa Diretoria Executiva é responsável pela tarefa de elaborar projetos, adquirir terrenos, encaminhar solicitações de financiamento, fazer reuniões com associados e administrar todas as atividades do órgão. Pelo alto padrão e eficiência do trabalho que desenvolve no Estado, desde a fundação do INOCOOP no RN essa Diretoria Executiva é a mesma, tendo apenas um dos seus membros, o engenheiro Miguel Hélio de Carvalho, deixado a instituição, por ter sido convidado para Brasília. No seu lugar, ficou o engenheiro Laurílio Batista de Souza. Os cargos de Superintendente e Diretor Administrativo, continuam com Severina Porpino Dias e Rosário Porpino Dias, ambas fundadoras do Instituto no Rio Grande do Norte.

OBRAS EXECUTADAS

Além do seu objetivo final de oferecer ao cidadão e à sua família a casa própria, o INOCOOP presta, ainda, relevante trabalho social, gerando empregos diretos e in-



diretos. Até o momento, já carrou para o Rio Grande do Norte a quantia de Cr\$

67.535.143,64 — construindo quatro conjuntos residenciais em diversas partes da cidade do Natal, num total de 1.964 residências. O primeiro, Neópolis, tem 760 casas de diversos padrões.

O primeiro edifício de apartamentos que construiu foi o Rodrigo Melo Franco, na Av. Hremes da Fonseca (ao lado do Aéreo Clube), com 36 unidades, vindo depois o João Machado, Fortes, na Jundiá, ao lado do estádio Juvenal Lamartine. O conjunto Mirassol, recentemente concluído, tem 810 casas re-

sidenciais e o Boa Vista, nas Quintas, tem 305, sendo destinado a funcionários civis e militares da Marinha de Guerra do Brasil.

Até maio deste ano, o INOCOOP aplicará em Natal a quantia de Cr\$ 82.923.609,98 para atender a programas em execução, com oferta de mais 2.240 casas e 48 apartamentos. No Parque Residencial da Candelária, no bairro de Lagoa Nova, as casas estão em fase de conclusão.

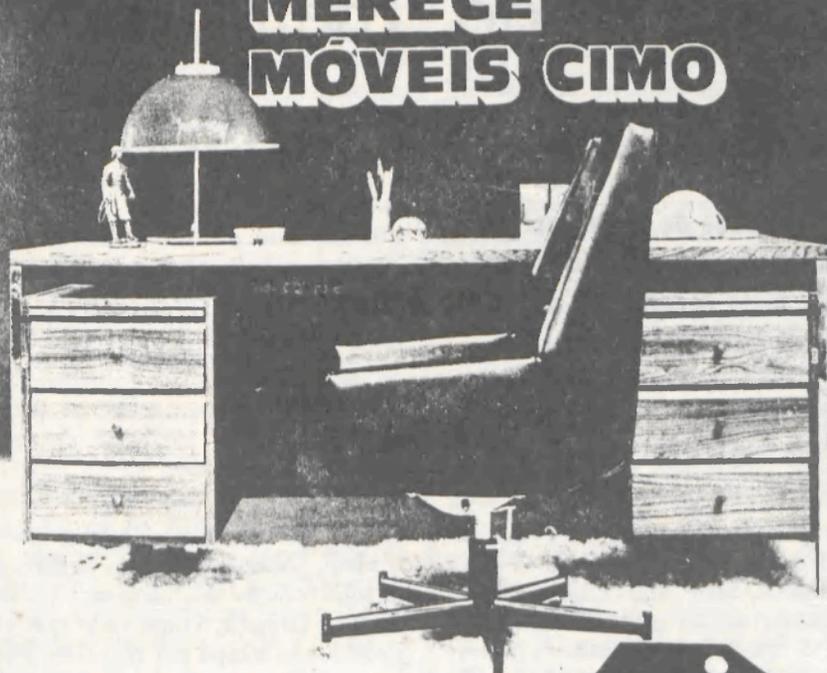
Só os conjuntos Neópolis e Mirassol pagam de imposto predial cerca de Cr\$ 50.500,00.

Até maio, quando estiverem completas as obras em execução, o INOCOOP terá

aplicado em Natal Cr\$ 151.458.453,62 — sendo Cr\$ 67.535.143,64 na primeira fase, já executada, e Cr\$ 82.923.609,98 nas obras em execução (conjuntos Candelária, Potiguar e Potengi).

Além de atuar no Rio Grande do Norte, e justamente pelo eficiente trabalho desenvolvido, o INOCOOP vem orientando também o Plano Cooperativo-Habitacional na Paraíba. Já foram construídas ali, 846 casas e agora se parte para uma política mais agressiva, formando cooperativas, estimulando os organismos de classe e fazendo pesquisas para sentir com mais realismo as suas necessidades habitacionais.

SEU ESCRITÓRIO MERECE MÓVEIS CIMO



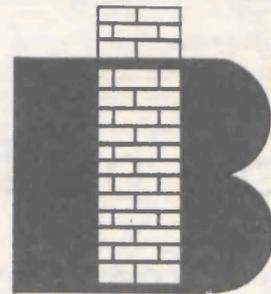
A mais atualizada linha de Móveis Cimo para escritórios está ao seu dispor na CASA PORCINO e com muitas vantagens! Anote as condições de venda:

- à vista - excelentes descontos!
- Planos à sua escolha até 24 MESES e SEM ENTRADA!

Atualize-se!
Ponha Móveis Cimo
em seu escritório!



CASA PORCINO
A LOJA SEM LIMITE.
Rua João Pessoa, 209/211 - Natal



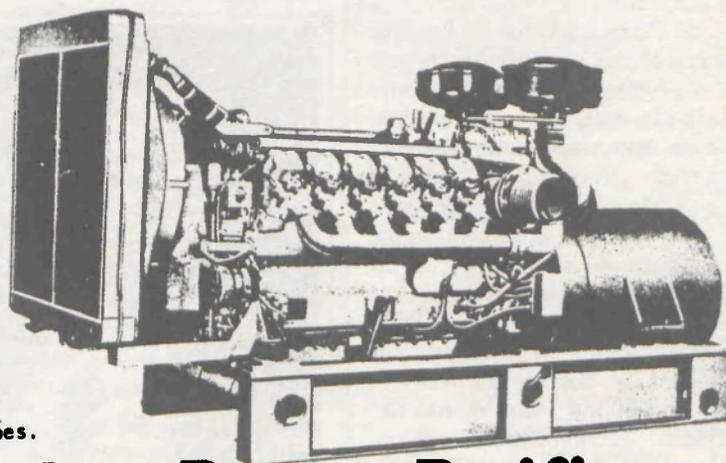
Já foi criada a
BOLSA DE IMÓVEIS em
Natal, no estilo do
Rio e São Paulo.
Uma equipe de
corretores, engenheiros,
advogados, contadores,
está à disposição das
empresas, bancos e órgãos
do Governo para realizar
avaliações de prédios e
terrenos, pesquisas de
mercado, levantamentos
topográficos, desembaraço
de imóveis e outros
serviços do ramo.
Guarde o endereço:

BOLSA DE IMÓVEIS

Av. Floriano Peixoto, 559
Sala 101 - Natal-RN

O MESMO VIGOR DE HÁ VINTE ANOS!

O seu carro, mesmo de modelo antigo, pode ter um motor tão vigoroso e econômico quanto o de um carro novo. CYRO CAVALCANTI tem modernas retíficas e máquinas auxiliares para operar essa transformação em motores Diesel ou a gasolina. E aceita motores para reparo ou troca, pelas melhores condições.



Cyro Cavalcanti Auto-Peças e Retifica

Av. Duque de Caxias, 170 - Ribeira - Fones 2-2234 e 2-2072

Cyrauto Peças e Retífica

Rua Dr. Mario Negócio, 1504 - Alecrim - Fones 2-3963 e 2-4830

Só o "fundão" pode melhorar o sistema de incentivos fiscais

O Rio Grande do Norte contribuiu muito para a criação do "fundão". Essa idéia sempre foi defendida pela classe empresarial do Estado, pioneira nas críticas ao corrupto sistema de captação do 34/18.

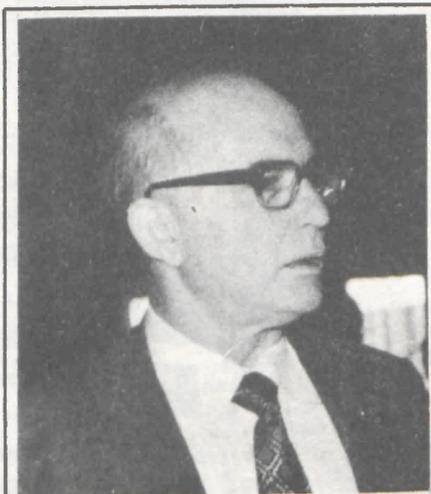
Assinado pelo Presidente Ernesto Geisel numa das últimas reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene, o decreto-lei que institui o chamado *Fundão* (na realidade, três fundos, constituídos pelos incentivos fiscais destinados à promoção do desenvolvimento do Nordeste — FINOR; da Amazônia — FINAM; e dos setores da pesca, turismo e reflorestamento — FISET) ainda está aguardando a sua regulamentação, essa medida complementar que, se não evidencia que os projetos de lei são sempre documentos concluídos às pressas, passíveis de sugestões e emendas, pelo menos patenteia o interesse das autoridades financeiras do País, na elaboração de uma legislação para os incentivos fiscais.

Na realidade, quando os Ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio, do Planejamento, do Interior e da Agricultura se apressaram em redigir o projeto de lei não estavam fazendo nada mais do que atendendo a uma imperiosa determinação, forçada pelo desequilíbrio entre a oferta e a demanda dos incentivos fiscais, que por si estimulava práticas irregulares de intermediação na captação dos recursos, gerando exageradas comissões de corretagem; o que, fatalmente, viria a prejudicar os cronogramas dos investimentos, com o conseqüente surgimento de dificuldades econômico-financeiras, para a maioria dos empreendimentos.

O Rio Grande do Norte, afora o fato de ter sido sempre um dos Estados menos atendidos pela Sudene, desde a aprovação de projetos até a

liberação de verbas oriundas dos incentivos fiscais dos artigos 34/18 ou outros, pode até certo ponto se vangloriar de ter contribuído muito para a criação do *Fundão*: em verdade, a criação de um Fundo pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A., sempre foi uma idéia defendida pelas classes empresariais potiguares, até no interesse próprio, que vinha sendo preterido no emaranhado das distorções provocadas pelos sistemas baralhados das captações.

As vésperas do funcionamento pleno do *Fundão*, todos os nossos empresários, técnicos ou autoridades ligadas intimamente à problemática, são unânimes em reconhecer a sua escorregada finalidade, considerando-o uma cirurgia em cima da hora aplicada no moribundo e contagioso sistema anterior.



Newton Câmara: "O fundão será o instrumento ideal, sobretudo para a agilização na implantação dos projetos".

— "O *Fundão* será o instrumento ideal, sobretudo para a agilização na implantação dos projetos" — diz *Newton Câmara*, empresário que esperou longo tempo por recursos, para a implantação dos projetos da *COIRG* (*beneficiamento do côco*) e da *Natécia* (*fábrica de toalhas*). "Será também importante para a planificação, desde que se passará a contar com dados concretos, liberações programadas, acabando-se a vulnerabilidade da imprevisão".

Para o chefe do escritório da Sudene no Estado, economista *Antonio de Pádua Pessoa*, a grande vantagem do *Fundão* é a eliminação do intermediário, seguindo-se outras: as empresas poderão cumprir os seus cronogramas dentro do tempo previsto e o Governo Federal poderá complementar com outras verbas, os programas estabelecidos, desde que escasseiem os recursos previstos.

ITENS PRINCIPAIS

Na exposição de motivos que fizeram ao Presidente da República, os Ministros responsáveis pela minuta do decreto-lei (que antes consultaram as partes interessadas, debatendo francamente e aceitando sugestões) alinharam alguns que podem ser considerados como destaques da até certo ponto extensa nova letra legal sobre os incentivos fiscais, composta de 26 artigos, 32 parágrafos e 20 letras ou números; e que, com toda certeza, serão conservados mesmo após a regulamentação, já que podem ser considerados pontos essenciais nas novas disposições:

— Ficam conservadas as atuais percentagens previstas na Legislação para os incentivos fiscais à Sudene, Sudam, IBDF, Embratur, Sudepe, Embracer e Mobral, bem, como as deduções para despesas de reflorestamento.

— Ficam também mantidos os percentuais de absorção dos incentivos pelo Programa de Integração Nacional e pelo Proterra, assim como o incentivo especial para o Estado do Espírito Santo.

— As pessoas jurídicas continuarão indicando nas suas declarações de imposto de rendas as quantias que desejarem aplicar em cada modalidade de incentivo.

— Ressalvados os casos de projetos próprios, as aplicações dos recursos dos incentivos se farão por intermédio dos três Fundos. Os do FINOR serão operados pelo Banco do Nordeste, sob a supervisão da Sudene; os da FINAM, pelo Banco da Amazônia, sob a supervisão da Sudam; os do FISEP, pelo Banco do Brasil, em três contas supervisionadas respectivamente pela Embratur, Sudepe e IBDF.

— As agências de desenvolvimento regionais continuam com as atribuições de definir prioridades, analisar e aprovar projetos em condições de receber incentivos fiscais, autorizando os respectivos bancos operadores.

— O FINOR, FINAM e FISEP serão administrados como fundos mútuos e terão o seu patrimônio representado por quotas, cujo valor será calculado diariamente, em função do pagamento líquido do Fundo. Para efeito de avaliação, as ações integrantes das carteiras dos Fundos serão computadas pela cotação média do último dia em que tiverem sido negociadas em bolsa. Como taxa de administração de cada liberação de recursos, será deduzida a quantia de 3%, cabendo metade ao banco operador e metade à agência de desenvolvimento correspondente. No caso de projetos próprios, essa taxa fica reduzida a um por cento.

— A partir de 1975 as pessoas jurídicas recolherão o imposto de renda, os incentivos fiscais, inclusive as parcelas do PIN, Proterra e Mobral, através de documento único de arrecadação.

— As quotas dos três fundos deverão ser convertidas em ações pertencentes às Carteiras de cada um, de acordo com as respectivas cotações do dia. As adquiridas com as

quotas, só poderão ser negociadas quatro anos após sua aquisição. As quotas dos Fundos podem ser livremente negociadas, mas não resgastadas em dinheiro, servindo como caução junto aos órgãos governamentais.

— As pessoas jurídicas que possuem projeto próprio aprovado pelas agências de desenvolvimento setorial ou regional, poderão aplicar seus incentivos diretamente nesses projetos, convertendo diretamente os certificados de aplicação em ações, sem passar pela prévia conversão dos certificados em quotas dos Fundos.

— Caracteriza-se projeto próprio quando um grupo econômico isoladamente, ou vários grupos conjuntamente, detenham 51% do capital votante da sociedade beneficiária do incentivo. Nos casos de participação conjunta, será obedecido o limite mínimo de 5% do capital volante para cada grupo de empresas soligadas.

— Fica assegurado as pessoas jurídicas, que efetivarem depósitos até o exercício de 1974, inclusive, o direito de aplicação dos incentivos nos prazos e condições estabelecidas pela sistemática atualmente em vigor, antes da criação dos Fundos.

— Excepcionalmente, no exercício de 1975 as pessoas jurídicas que tiverem incentivos fiscais superiores a Cr\$ 100 mil poderão aplicar o excedente a esse valor em projetos em que já tenham aplicado seus incentivos de 1974, sem passar pelos Fundos.

— Com o objetivo de assegurar o adequado equilíbrio entre a distribuição de incentivos regionais e setoriais, o Poder Executivo poderá determinar a aquisição de quotas de um Fundo por outro.

— Permite-se que o Governo venha a injetar recursos adicionais no sistema, sem participar acionariamente dos projetos beneficiados com incentivos.

— Eliminam-se automaticamente as comissões de corretagem e de captação de incentivos. As instituições financeiras privadas terão amplo campo de ação no desenvolvimento do mercado secundário das quotas dos três Fundos. Para fortalecer esse mercado, o projeto prevê que as quotas em questão terão validade para fins de caução, junto aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta. Os custos da intermediação financeira, no entanto, serão suportados pelos quotistas dos fundos e não pelas empresas be-

neficiadas com os incentivos.

— Mantem-se integral liberdade de escolha do setor privado, quanto as regiões, setores e projetos em que aplicarão as suas deduções do imposto de rendas.

SITUAÇÃO HOJE

Atualmente um grupo de trabalho, formado por elementos dos Ministérios interessados no assunto, dos bancos e da Sudene, está elaborando a regulamentação do *Fundão*, e acredita-se que no dia 14 de abril, quando o Ministro Rangel Reis do Interior se reunir em Recife com os governadores eleitos, ela poderá ser assinada, entrando em vigência imediata.

Sabe-se, no entanto, que a Sudene dispõe de um crédito superior a Cr\$ 600 milhões, posto à sua disposição pelo Governo Federal, para repasse, a fim de atender ao fluxo de liberações, durante o tempo em que a redação final da regulamentação e a sua aprovação não se resolvam.



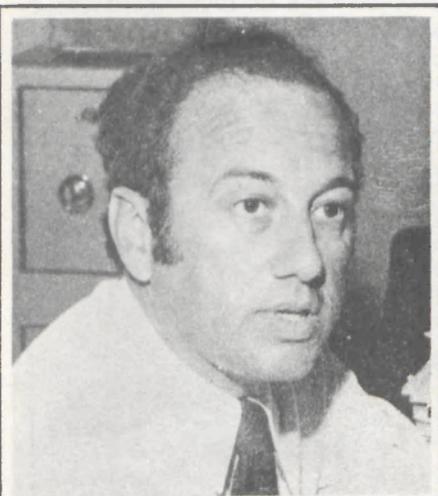
Nélcio Dias: "O incentivo sendo recebido pelo empresário sem aquela intermediação que onerava os custos de captação em até 40% é, sem dúvida, um fato da maior importância".

— "A espera pela regulamentação do *Fundão* pode ser suportada plenamente" — diz Nélcio Silveira Dias, diretor das *Confecções Reis Magos*, um dos muitos projetos potiguares — ampliação — que comeu o pão que o diabo amassou, a fim de conseguir captar os primeiros dinheiros para a sua implantação. Ele acha que "o incentivo sendo recebido diretamente pelo empresário, sem

aquela intermediação que onerava os custos em até 40%, é sem dúvida um fato da maior importância”.

As *Confecções Reis Magos* tiveram programado crédito de Cr\$ 12 milhões pela Sudene, dos quais ainda lhe falta receber Cr\$ 9 milhões. Hoje, a indústria oferece 372 empregos diretos, mas quando estiver totalmente implantada, oferecerá 600, ao todo. O dinheiro que está recebendo é para aplicação no seu capital de giro, na aquisição de novas máquinas e ampliação do espaço físico da fábrica.

Para o economista *Iednidas Moraes Medeiros*, da *SERTEL — Serviços Técnicos e Econômicos Ltda.* — “o *Fundão* será a solução para a infinidade de problemas criados pelos sistemas anteriores de captação de recursos provenientes dos incentivos fiscais, desde que se concretizem as premissas do seu funcionamento, inclusive porque corrigirá em parte o desnível inter-regional”.



Antônio de Pádua Pessoa: “A grande vantagem do fundão é a eliminação do intermediário na obtenção de recursos do 34/18”.

A *SERTEL* é credenciada junto à Sudene, para elaboração de projetos e dentre os que está cuidando atualmente, estão a ampliação do sistema de telecomunicações da *TELERN* (a nível de Estado) e o da implantação da *INPASA Agro-Industrial*, para beneficiamento de bambú, que terá financiamento do *PROTERRA*.

O bacharel *Paulo Cardoso Dias*, assessor da diretoria da *Coirg-Natécia*, acha que o funcionamento do *Fundão* está atrasado, principalmente levando-se em conta os benefícios que o seu mecanismo trará, para os diversos projeto paralizados por falta de recursos. Diz ele:

— “Sempre reconhecemos a atuação da Sudene como um dos principais elementos forjadores do desenvolvimento do Nordeste. Mas, sem dúvida nenhuma, se fazia necessária uma reformulação nos seus sistemas operacionais, no que se referia à captação de recursos para os projetos aprovados”.

O grupo *Newton Câmara* está anunciando o funcionamento da *Coirg* para dentro de 180 dias, mas com financiamento do *Proterra* (Cr\$ 7 milhões) já conseguido. A *Natécia* está sendo negociada com a *Artex S. A.* — *Fábrica de Artefatos Têxteis*, de *Blumenau* (Sta. Catarina).

— “O projeto *Coirg*, apesar do financiamento do *Proterra*, é um projeto Sudene” — diz *Newton Câmara* — “e ainda vamos depender de, no mínimo, Cr\$ 20 milhões do *Fundão*, para a sua implantação total”.

Dentro de 180 dias a *Coirg* começa a fabricar a linha de produtos que inclui leite de côco ralado, carvão ativado (aproveitamento de quenga do côco) e, possivelmente, entrará na extração da proteína do produto. Numa segunda fase, contando com o *Fundão*, desenvolverá atividades paralelas, como o aproveitamento do óleo de caroço de algodão, de gergelim, amendoim, girassol e milho, tendo inclusive condições de refinar esses óleos.

Atualmente com capital de Cr\$ 16 milhões, a *Coirg* poderá aumentar essa reserva para Cr\$ 40 milhões metade dos quais viria justamente da Sudene.

PARA QUALQUER PROJETO

A operacionalidade do *Fundão*, no entanto, não se restringirá apenas aos projetos industriais. Ela se estenderá a qualquer tipo de projeto aprovado pelos órgãos financiadores e, no caso do Rio Grande do Norte, muitos projetos agro-pecuários atualmente paralizados poderão também tomar alento, com a liberação de verbas.

— “Agora, certamente, tudo ficará mais fácil” — diz *Murilo Ferreira*, chefe da Seção Técnica do escritório da Sudene no RN. — “O problema antes era o dinheiro difícil e caro. Agora, ele fluirá com mais facilidade, havendo o alento da certeza de que o Governo Federal poderá injetar adicionais, no caso de faltar provisões”.

— “Antes a Sudene aprovava o projeto e o empresário ia em busca dos incentivos, captando-os a duras penas. Agora, o dinheiro fica retido no *Fundão* e a Sudene terá a tarefa de fiscalizar o projeto, para lhe sentir as necessidades reais” — diz *Antonio de Pádua*. — “No Rio Grande do Norte há cerca de 60 projetos industriais aprovados pela Sudene, dos quais apenas 25 em funcionamento, a maioria não completados. Todos poderão ser beneficiados pelo *FINOR*, no entanto. Desde que observem as exigências da lei, que vão da contrapartida financeira à aplicação correta das partes liberadas, etc”.

CALCULADORAS ELETRÔNICAS REMINGTON RAND É COM A RECOMAPE!



REVENDEDOR AUTORIZADO

RECOMAPE

MATRIZ — Rua Dr. Barata, 242
FILIAL — Praça Augusto Severo, 81 Fones — 2-1687 e 2-1618

Técnicos explicam o fracasso dos projetos que a SUDENE aprovou

Alento ou desalento, sinal dos tempos ou forçosa conjuntura, o certo é que os projetos industriais para o Rio Grande do Norte dificilmente, de agora em diante, despertarão interesse de grupos locais, para serem implantados. A captação — que através de uma malfeita existência só comprovou um exercício mais que ineficiente, pelo menos para o nosso Estado — terá sido a causa de muita decepção e, até mesmo, da derrocada de muitos empresários locais. E, por isto, eles agora — os que conseguiram pular um pouco a cerca e mais ainda os que pagaram alto o entusiasmo inicial — preferem distância da problemática.

Para o Rio Grande do Norte poderão vir — como estão vindo, realmente — os grupos de outros Estados mais fortes, mais estruturados, com know-how adquirido no Sul ou no Centro-Sul do País. Para, infelizmente, tornar efetiva aquela imagem negativa de que o desenvolvimento de uma região feito com os recursos de outra não chega a ser propriamente uma escalada progressiva, mas, talvez, um esvaziamento sócio-econômico de sua parte.

Digressões à parte, o que efetivamente existe, hoje, no Rio Grande do Norte, com relação à implantação de projetos industriais, é uma estação de espera. A defasagem foi motivada por vários motivos. Dentre eles, a comprovada ineficiência dos sistemas de captação de recursos provenientes dos artigos 34/18 da Sudene, fato de resto reconhecido pelo próprio órgão e que, no caso do RN, funcionou com o peso de suas distorções em muito maior escala do que em qualquer outro Estado da Região. Depois, citam-se mais razões que, no fim das contas, convergem para as justificativas temporais, ou seja: paramos no significado do velho axioma do "deixa como está, para ver como é que fica".

O economista Jomar Alecrim, da



Jomar Alecrim: "O que está causando a desordem no setor de implantação de projetos é a longa expectativa em torno do Fundão".

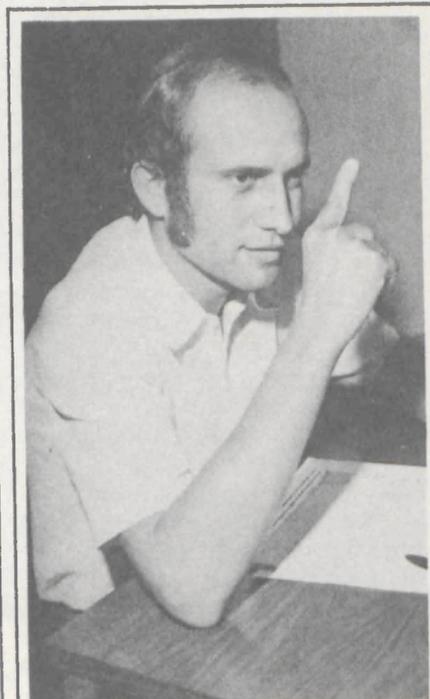
Induplan — Consultoria Industrial e Planejamento, uma das mais categorizadas empresas de sua especialidade, na Região, sediada em Natal — acha que o que causou a fuga dos grupos empresariais ou a desordem no setor de implantação de projetos, vendo-se o problema a grosso modo, sem uma análise até mais aprofundada, foi: 1) a longa expectativa em torno da modificação da concessão de incentivos fiscais, porque, mesmo já criado, o FINOR (Fundo de Investimentos para o Nordeste) ainda está para ser regulamentado; 2) o coincidente período de regulamentação do FINOR com a mudança de todos os governos estaduais.

Por essas duas razões, os empresários tanto ainda não sabem como vão poder operar, para captar recursos, como ficam no aguardo de adoções político-administrativas, para saber que destino tomarão.

Jomar Alecrim é de opinião que, no caso específico do Rio Grande do Norte, há necessidade de uma

real agressividade, da parte do novo Governo estadual, na identificação de nossas necessidades e na proporção das justas possibilidades de investimentos dos atuais grupos que aqui já estão se localizando.

Para Leônidas Morais Medeiros, outro economista, um dos diretores da SERTEL — Sociedade de Serviços Técnicos e Econômicos Ltda., três foram os motivos da recessão, que começou em junho de 1974: 1) o período eleitoral, que monopolizou todas as atenções e culminou com as eleições para as assembleias estaduais e para o Congresso Nacional, além da escolha dos novos governadores; 2) as mudanças bruscas da economia, a nível mesmo internacional, gerando clima de expectativas e apreensões; 3) a transformação do sistema de captação de recursos dos incentivos fiscais.



Leônidas Medeiros: "As eleições, a mudança de governadores e as bruscas transformações da economia internacional também provocaram o recesso na implantação de novos projetos".

PRINCIPAIS CAUSAS

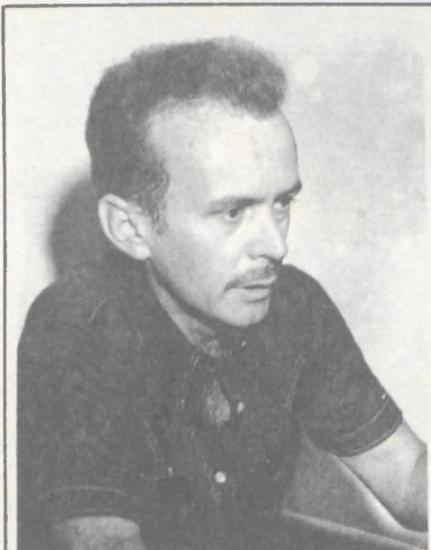
Em verdade, esses três pontos, principalmente as mudanças de governo e de sistemas de captação de recursos, são apontados por todas as pessoas consultadas para definir essa retração, ou indefinição conjuntural. Mas outro economista, Getúlio Alves da Nóbrega, até bem pouco presidente do NAE — Núcleo de Assistência Empresarial e, hoje, diretor de operações do BDRN — Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — acha que as dificuldades na consecução de recursos provenientes da SUDENE desgastaram a tolerância do empresário, mesmo porque somente aqueles que tinham recursos próprios para reinvestir é que conseguiram alguma coisa. Os outros ficaram sempre no compasso de espera, retardando ou indefinindo a implantação dos seus projetos. Para Getúlio Nóbrega, esses empresários só têm agora uma alternativa: procurar fontes oficiais que, a longo prazo, possam assegurar o andamento dos seus empreendimentos.

Com relação a essa nova alternativa, a própria SUDENE já celebrou convênio com o Banco do Nordeste do Brasil S. A., através do qual disporá de fundos para financiamento à pequena e média empresa, no Rio Grande do Norte, com repasse justamente do BDRN. Essa medida da SUDENE seria uma auto-comprovação da ineficiência do 34/18?

Seja ou não, o certo é que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste amarga a experiência anterior e, além de ter criado o chamado Fundão, que através de três fundos específicos destinará recursos para o Nordeste, a Amazônia e para reflorestamento e turismo, está atualmente revendo a Portaria 133, que limitava muito a pretensão das empresas que tinham acesso aos seus incentivos fiscais. Por exemplo: para que uma empresa conseguisse essas benesses, tinha que possuir investimentos fixos iguais ou superiores a 30.000 vezes o maior salário mínimo do País, cerca de Cr\$ 11 milhões. Isto só na parte fixa, sem contar o capital de giro. A revisão dessa portaria, que deve estar ocorrendo atualmente, poderá ser uma válvula de escape para grupos locais, situados em faixas economicamente menos pretensiosas.

BONS DIAS VIRÃO

De qualquer maneira, pesando-se os prós e os contras, alenta a perspectiva de dias melhores, mesmo no entender dos que amargam as soluções morosas ou mesmo a espera inútil. Leônidas Morais Medeiros é de opinião que, a partir do próximo semestre, haverá um processo de reativação, exatamente em decorrência das definições esperadas da parte do FINOR.



Getúlio Nóbrega: "A dificuldade para se obter recursos do 34/18 terminou esgotando a paciência dos nossos empresários".

"De fora, deve haver um maior fluxo, desde que haja uma ação integrada mais objetiva" — diz ele. "Uma ação integrada no âmbito das políticas de promoção do desenvolvimento. Com relação aos grupos locais, creio que ainda há muitas oportunidades a se considerar, desde, também, que haja a contrapartida do apoio e do estímulo".

As esperanças de Leônidas Medeiros certamente estão fundamentadas numa próxima ação do novo governo estadual. Plenamente justificadas, frise-se, ao se considerar e analisar as palavras do economista Danilo Negócio, no discurso de posse na presidência do Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte:

— "Procuraremos fazer com que as classes empresariais do País e do Estado sintam aqui um vigoroso estímulo, na consecução dos seus patrióticos objetivos. O conhecimento das enormes potencialidades do Rio Grande do Norte, especialmente nos setores primário e secundário da economia, bem como a



Danilo Negócio: "Procuraremos fazer com que as classes empresariais do Estado sintam o vigoroso estímulo do novo governo aos seus empreendimentos".

confiança em que se instalou um Governo austero e bem intencionado, facilitarão grandemente a nossa tarefa de agir, lado a lado, com o empresário, instrumento vital na nossa luta pelo desenvolvimento".

A promessa do novo presidente do BDRN se estende à determinação de procurar e conseguir recursos que permitam dinamizar o sistema operacional, seguindo determinações do II Plano Nacional de Desenvolvimento, das diretrizes federais para a Região Nordeste e do Plano Plurianual do Governo Tarcísio Maia — tudo convergindo para o atendimento de pleitos que, realmente, tragam em si parcelas de desenvolvimento para o Estado.

SERVIÇOS
GRÁFICOS
EM 24
HORAS

Editora
RN-Econômico

Rua Dr. José Gonçalves, 687
FONES 2-0706 e 2-4455

tradição segurança garantia

A Caderneta de Poupança Banorte
tem a tradição, segurança e garantia do
SISTEMA FINANCEIRO BANORTE.

São 32 anos de solidez e bons
serviços prestados a seus milhares de clientes,
de Norte a Sul
deste grande Brasil.

caderneta
de poupança
Banorte

Tranquilidade para o futuro
Rua João Pessoa, 231

SOCIC transforma prédio do INPS na maior área refrigerada do RN



Superintendente do INPS, Antônio Pedro de Moraes, agradece à SOCIC.



José Anchieta de Figueiredo, gerente da SOCIC, assina o termo de entrega de máquinas

A SOCIC INDUSTRIAL S/A, instalou no edifício sede do INPS nesta Capital um sistema central de ar-condicionado, um dos mais modernos e maiores aparelhos de refrigeração, instalados pela firma até hoje.

O complexo montado nos quatorze andares do edifício do INPS, é um sistema de expansão direta, tipo "SELF CONTAINED" com uma capacidade de refrigeração para 242 TR (toneladas de refrigeração).

Em cada pavimento do edifício, está localizada uma máquina renovadora do ar, com capacidade de 15 a 20 TR. O sistema consiste de 27 motores e outro tanto de compressores, com potência de 444 HP, acionados pelos transformadores da casa de força que fornecem aproximadamente 425 KVA.

Os engenheiros do próprio INPS afirmam que o equipamento da SOCIC é o mais perfeito que já conheceram.

O resfriamento da água, para o funcionamento dos condensadores, se processa sob o controle de uma torre de marca "Alpina", que movimentada uma massa líquida de 220 mil litros por hora, utilizando-se de uma corrente de ar, aspirada pelo ventilador, numa proporção de 8 metros cúbicos por segundo.

O princípio básico do ar-refrigerado, montado no INPS, consiste na técnica de absorver calor do ambiente a ser refrigerado por intermédio de um evaporador, expelindo-o à atmosfera por um condensador.

O conjunto é regulado por uma série de máquinas e controlado por um grupo de instrumentos, tais como pressostato, termoestato, válvulas de expansão e tubos capilares.

Trata-se de um sistema de alto suficiência, que se regula automaticamente, funcionando em média com 25 graus centígrados, podendo ser alterado de acordo com o tempo favorável à temperatura.

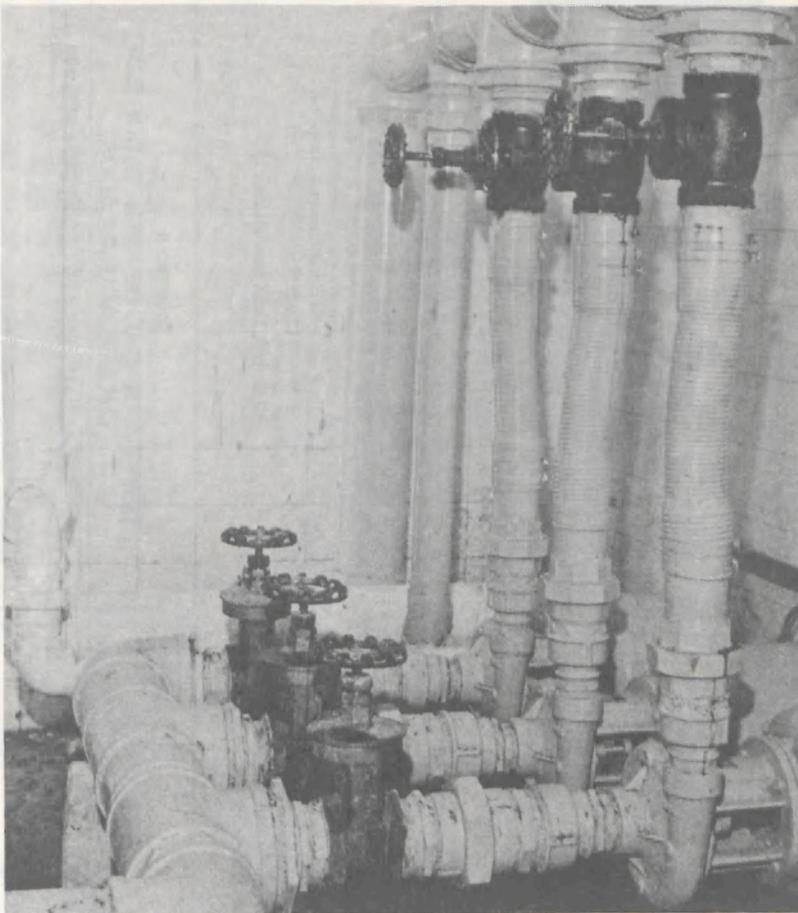
SOLENIDADE

No Gabinete do Superintendente Regional do INPS, nesta Capital, em solenidade, da qual constou um coquetel aos presentes, a SOCIC fez entrega oficialmente do moderno sistema de ar-condicionado, falando na oportunidade o Superintendente

Antonio Pedro Moraes da Cunha, que enalteceu o trabalho da firma dizendo que "o empreendimento que ora efetuamos, se reveste de grande importância para o INPS local, pois esta é uma das maneiras com que a Administração favorece comodidade de trabalho aos seus servidores, bem como um agradável ambiente aos que procuram os serviços da Previdência neste prédio".

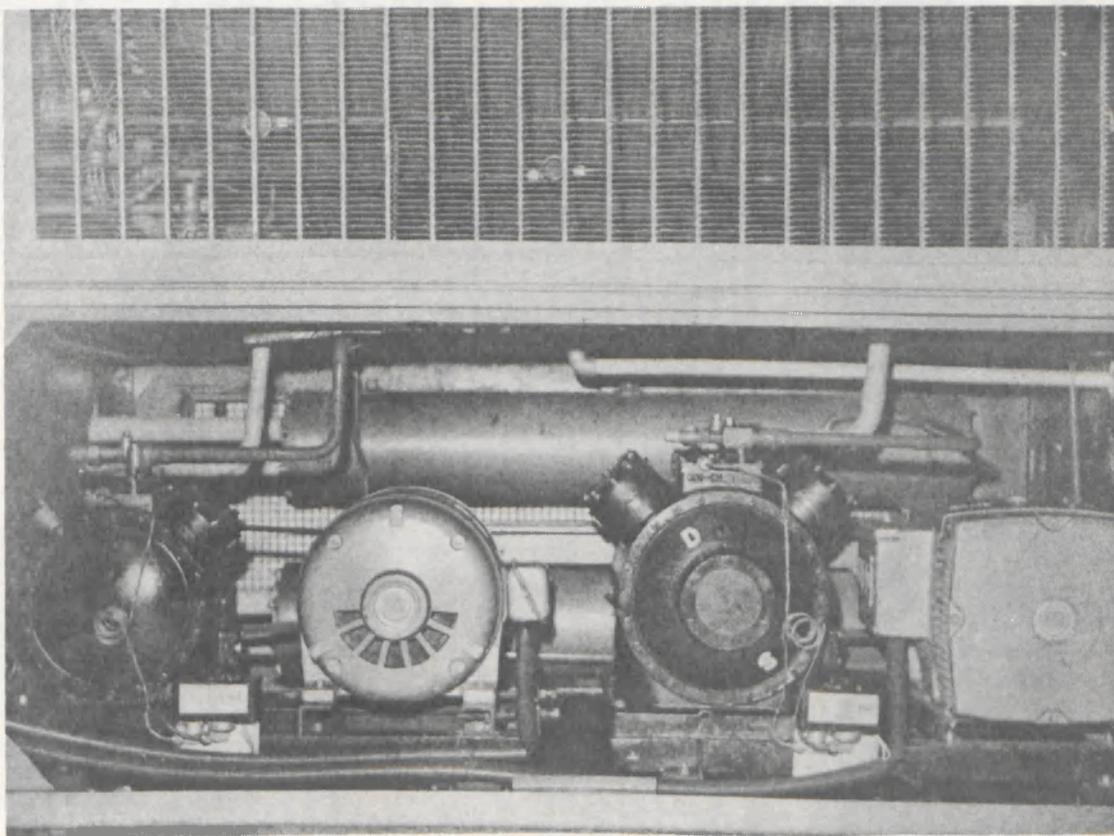
Em seguida, o sr. Cesare Ratti, engenheiro técnico em refrigeração da SOCIC em Recife, responsável pela montagem, teceu considerações sobre o funcionamento das máquinas, alegando ser esse complexo mecânico de grande eficiência, "pois trata-se de uma categorizada fabricação de marca "SELF CONTAINED".

Estiveram presentes ao ato, o sr. José Murta Neves, Engenheiro da Administração Central, Coordenador de Engenharia e Arquitetura do INPS no Rio de Janeiro; sr. Wilson de Oliveira Miranda, Engenheiro Fiscal da obra; sr. José Anchieta de Figueiredo, responsável legal da SOCIC nesta Capital; sr. João Felismino da Silva, Sub-secretário Regional de Serviços Gerais e do Patrimônio do INPS, outros Subdiretores, Subprocurador, Chefes e servidores da Autarquia.



As tubulações do complexo de refrigeração.

Unidade de refrigeração instalada em cada pavimento.



Imobilizações técnicas:		
Imóveis	14.726.764	
Maquinismos	11.261.153	
Instalações	3.282.139	
Móveis e utensílios	3.142.931	
Veículos	131.974	
	<u>32.544.961</u>	
Correção monetária	15.244.030	
	<u>47.788.991</u>	
(-) Depreciação (base método linear)	7.103.866	
	<u>40.685.125</u>	
Construções e importações em curso	7.614.202	
	<u>48.299.327</u>	
Imobilizações financeiras:		
Aplicações por incentivos fiscais, ações de outras empresas e empréstimos compulsórios (ao custo mais bonificações)	<u>1.693.937</u>	49.993.264
RESULTADO PENDENTE		
Despesas diferidas	<u>32.000</u>	
	<u>252.771.315</u>	<u>252.771.315</u>

Locação de terceiros	<u>1.449.931</u>	
	<u>39.337.647</u>	
Menos: compensação no ativo	<u>39.337.647</u>	
		<u>252.771.315</u>

OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS)		<u>1.197.617</u>
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		<u>75.561.737</u>
IMPOSTO DE RENDA (Nota 2a)		<u>7.442.404</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>68.119.333</u>
LUCROS ACUMULADOS		
No início do exercício		<u>36.229.777</u>
		<u>104.349.110</u>
APROPRIAÇÕES DOS LUCROS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:		
Aumento de capital	22.095.149	
Dividendos distribuídos	4.590.000	26.685.149
DOS LUCROS DO EXERCÍCIO CORRENTE		
Reserva legal	3.778.086	
Manutenção do capital de giro	35.557.591	
Reserva para aumento de capital (Nota 2a)	3.771.146	
Reserva incentivos fiscais - Decreto 6052/73-RN (Nota 2b)	4.250.820	47.357.643
LUCROS SUSPENSOS (Quadro I)		<u>30.306.318</u>
		<u>104.349.110</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974.

NOTA 1 - CAPITAL

No decorrer do exercício o Capital foi aumentado por Cr\$ 38.250.000, cuja integralização foi procedida da seguinte forma:

Lucros acumulados	Cr\$ 22.095.149
Reserva para manutenção do Capital de giro	8.382.768
Correção monetária do imobilizado	3.769.850
Isenção do imposto de renda - (Lei 4239/63)	4.001.233
Reserva de participação	1.000
	<u>38.250.000</u>

NOTA 2 - IMPOSTO DE RENDA E INCENTIVOS FISCAIS

a) De acordo com a Lei n.º 4.239/63, a empresa goza, até 1978, de uma redução de 50% do imposto de renda sobre os lucros auferidos nas operações realizadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. As transações não contempladas pela redução estão sujeitas à taxaço normal.

b) Corresponde ao incentivo fiscal referente a 48% do imposto sobre circulação de mercadorias na forma do Decreto 6052/73-RN, depositados no Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A., devendo posteriormente se converter em reserva capitalizável, quando da liberação dos dos depósitos que compulsoriamente são feitos. Os valores liberados, neste exercício, atingem - Cr\$ 4.250.820, enquanto que Cr\$ 4.066.891 são diferidos.

Natal, 14 de Fevereiro de 1975		
NEVALDO ROCHA Presidente	HELIO DE ALBUQUERQUE ARAGAO Vice Presidente	NELSON ROCHA DE OLIVEIRA Vice Presidente
NILSON ROCHA DE OLIVEIRA Diretor Administrativo	PAULO FERREIRA MACHADO Diretor Financeiro	FRANCISCO NÉLIO FERREIRA DO MONTE Diretor Comercial
LUPÉRCIO SILVA DE MENEZES Diretor Industrial	RAIMUNDO NONATO DA COSTA Diretor Adjunto	NILZA PONTES MONTENEGRO Técnica Contabilidade-CRC-873/RN

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas
Confecções Guararapes S.A.

Somos de parecer que o balanço geral e a correspondente demonstração de resultados e de lucros acumulados são fidedignas demonstrações da posição financeira da Confecções Guararapes S.A. em 31 de dezembro de 1974 e do resultado das operações do exercício findo nessa mesma data, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior. Efetuamos o exame do referido balanço geral e da correspondente demonstração de resultados e de lucros acumulados consoante padrões reconhecidos de auditoria e de acordo com as

exigências do Banco Central do Brasil para as companhias de capital aberto, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

São Paulo, 21 de Março de 1975
PRICE WATERHOUSE PEAT & CO
CRC-SP-160 "S"-RN
GEMEC-RAI-72-016-PJ

Contadpr Responsável
Carlos de Souza Carvalho
CRC-RS-9314 "S"-SP-101
CRC-RS-9314 "S"-RN
GEMEC-RAI-72-016-FJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Examinamos, com a colaboração dos auditores independentes, os documentos relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 1974, que nos foram apresentados pela Diretoria para os fins do Artigo 127, Inciso III, do Decreto-Lei n.º 2627, de 1940.

Baseados no exame efetuado e nas informações e explicações suplementares obtidas da diretoria, somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação dos senhores acionistas.

Natal, 21 de Março de 1975

José Rezende Filho
Benivaldo Alves de Azevedo
Alcides Araújo

Apesar de tudo, há confiança na fatura da SUDENE

Sudene

De todos os investimentos aprovados pela SUDENE, desde a sua criação até hoje, coube ao Rio Grande do Norte apenas 4,13%, enquanto a Bahia recebeu 45,10% de tudo. É a SUDENE aumentando os desequilíbrios, dentro da própria região.

O Rio Grande do Norte nunca foi bem servido pela Sudene e se não foi por esta razão que muitos empresários, técnicos, políticos, setores ligados ao nosso desenvolvimento sempre criticaram o órgão com acres argumentos — pelo menos todos eles tiveram o bom senso e a coragem de serem os primeiros a se insurgir contra os sistemas discriminatórios e distorcidos, que regeram sempre a atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte que, em ocasiões mais tensas, se omitiu de opinar sobre a inadequação do sistema de captação de recursos, através dos incentivos fiscais oriundos dos artigos 34/18 — pode ser apontada como a primeira entidade de classe, no Nordeste, a apresentar um trabalho de importância transcendental para a elaboração do Projeto-Lei que instituiu o chamado *Fundão* — coligação do FINOR (fundo para os investimentos no Nordeste), FINAM (para investimentos na Amazônia) e Fiset (investimentos em Turismo, Reflorestamento e Pesca).

Ainda hoje, embora tenha pulado de um longínquo sexto para um distante quinto lugar, na lista dos dez Estados beneficiados pela Sudene, o Rio Grande do Norte ainda é um pobre beneficiário das benesses da Superintendência. De janeiro a dezembro de 1974, por exemplo, enquanto a Bahia, o Estado mais aquinhoado, recebia participação de Cr\$ 1.346.800.873,00 — provenientes dos artigos 34/18 — o RN ficava com apenas Cr\$ 120.037.325,00. Muito menos da metade do que recebia o terceiro Es-

tado da lista, o rico Minas Gerais, que teve Cr\$ 293.170.659,00. Desde a sua implantação e até hoje, a Sudene investiu no Rio Grande do Norte apenas Cr\$ 735.032.970,00 contra Cr\$ 3.533.305.975,00 dados à Bahia (arts. 34/18). Ou seja, um percentual de 6,10% para o nosso Estado, do total de aplicações de Cr\$ 10.564.306.590,00 — contra um de 34% para a Bahia. ↙

Com relação aos valores globais dos projetos aprovados (incluindo-se as contra-partidas das empresas e/ou outras formas de captação de recursos) os percentuais são ainda mais discrepantes: de um total de Cr\$ 28.117.277.889,00 de investimentos para projetos aprovados desde a instalação da Sudene e até dezembro de 1974, a Bahia ficou com Cr\$ 12.760.165.909,00 (45,10%) enquanto o Rio Grande do Norte se contentava com Cr\$ 1.267.343.865,00. Ou seja: 4,13%.

CEMITÉRIO DE OBRAS

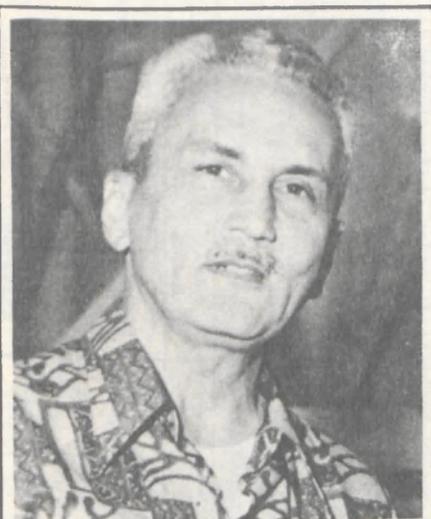
Em fins de 1972, o RN-ECONÔMICO, já repetindo as suas investidas contra essas disparidades,

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE — SUDENE ESCRITÓRIO DO RIO GRANDE DO NORTE Investimentos aprovados pelo Art. 34/18

De acordo com os levantamentos efetuados pelo ESCRITÓRIO local da SUDENE, é a seguinte a situação de projetos aprovados com os Recursos dos Artigos 34/18, em todo Nordeste até o mês de DEZEMBRO DE 1974.

Estados	Investimentos		Artigos 34/18	Perc. %
	Totais	Perc. %		
Bahia	12.760.165.090	45,10	3.533.305.975	34,00
Pernambuco	6.770.773.258	24,22	2.536.725.062	24,12
Ceará	1.781.710.361	7,00	944.644.117	9,00
Minas Gerais	1.574.733.519	5,16	798.272.051	8,00
Paraíba	1.487.773.636	6,00	678.245.611	6,44
Rio G. Norte	1.267.343.865	4,13	735.032.970	6,10
Piauí	980.592.772	3,67	397.617.969	4,00
Maranhão	760.040.933	2,19	484.926.825	4,87
Alagoas	492.292.605	1,21	312.266.139	2,10
Sergipe	313.851.031	1,32	143.269.871	1,37
TOTAIS	28.117.277.889	100,00	10.564.306.590	100,00

entrevistava o sr. Manoel Leão Filho, assessor da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte. Estava-se no auge da preocupação com o destino da economia do Estado e ele afirmava (n.º 39 de RN-ECONÔMICO): "A Sudene está às portas de deixar o nosso Estado como o maior cemitério de obras inacabadas, no Nordeste". E se referia ainda às comissões e corretagens altíssimas, cobradas pelos intermediadores: "Essa questão de captação de recursos é tão mais grave, da maneira que está, quando se sabe que a intensão do Governo Federal era a melhor e mais sábia: abrir mão de 50% do seu próprio dinheiro em favor do desenvolvimento da nossa Região. Hoje, mais da metade desse dinheiro está servindo apenas para enriquecer ilícitamente alguns mais sabidos".



Manoel Leão Filho já dizia: "A Sudene está às portas de deixar o nosso Estado como o maior cemitério de obras inacabadas, no Nordeste".

Nessa época, a Federação das Indústrias já tinha firmado uma posição que, tomada em forma de letra, na redação de um documento que enviaria à III CONCLAP (Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada no Rio de Janeiro, naquele ano) — terminaria sendo um dos principais veículos a conduzir a questão até o ponto em que hoje se encontra: a criação dos fundos mútuos.

Pretendia a FIERN a constituição de um *Depósito Nacional para Investimentos*, a ser gerido pelos Ministérios da Fazenda ou Planejamento ou pelo BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, através de contas especiais no Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Ban-

co da Amazônia. A aprovação dos projetos pretendentes a financiamento, a liberação de verbas e a fiscalização das aplicações ficariam com os organismos vinculados ao desenvolvimento setorial ou regional: Sudene, Sudam, Sudepe, Embratur, IBDF. Previa ainda a proposição, que se remunerasse adequadamente os recursos recolhidos, favorecendo ao depositante, até que os projetos implantados passassem a apresentar resultados. E sugeria também que a gerência ou administração dos depósitos os repassasse aos bancos estaduais integrantes da rede de bancos de desenvolvimento, exclusivamente para aplicação em projetos regionais.

Como se vê, analisando-se as características dos fundos integrantes do *Função*, praticamente tudo que o Rio Grande do Norte propôs foi levado em consideração, e já naquela época o então superintendente da Sudene, *Evandro Moreira de Souza Lima*, acolhia a tese potiguar como subsídio para estudos iniciados pelos Ministérios da Fazenda, do Interior e do Planejamento, para modificar a sistemática da captação. Dizia ele "Trata-se de um lúcido documento, que mais uma vez ratifica o interesse dessa Federação em ver fortalecidos e aprimorados os instrumentos de que se vale o Nordeste para a demarcação de seu processo de ascensão sócio-econômica".



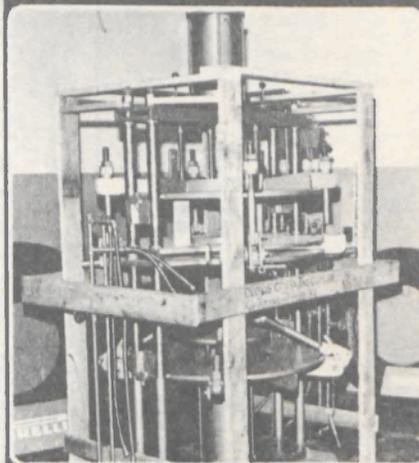
Dinarte Mariz ao RN-ECONÔMICO: "Se não existissem outros motivos para a reformulação do sistema, bastaria a corrupção que se armou na captação do 34/18".

34/18 — CORRUPÇÃO

No seu n.º 40 (fevereiro de

O MELHOR PNEU, O MELHOR ATENDIMENTO

Tyresoles Potiguar acaba de adquirir duas modernas máquinas, para melhor atender a sua clientela, na Recauchutagem e no Balanceamento



1 - Máquina para Recauchutagem, da Mecânica Irmãos Bornia, de Sorocaba-SP.



2 - Balanceadora Eletrônica, da Hofmann do Brasil

Tyresoles Potiguar lhe oferece ainda:
*Pistolas automáticas para apertar parafusos
*Pneus Pirelli (seguros como a mão do papai)
*Rodas esportivas

TYRESOLES POTIGUAR

Clovis Costa Indústria e Comércio S/A
Rua Almino Afonso, 88/88
Fones: 2-2920 — 2-2334
Ribeira - Natal - RN

Banco do Estado do Rio Grande do Norte S. A.

DIREÇÃO GERAL — AV. TAVARES DE LIRA, 139 — NATAL — RN

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Entregamos ao criterioso exame de V.Sas., depois de ouvido o Conselho Fiscal desta instituição bancária, o Balanço Geral e a demonstração / da conta lucros e perdas encerrados no Exercício de 1974.

Pelos Balanços apresentados, relativos ao 1º e 2º semestre de 1974, V.Sas. podem apreciar os esforços envidados no sentido de expandir cada vez mais os negócios do Banco, dentro da orientação que vem sendo imprimida à política creditícia dos Bancos, consubstanciados nas instruções emanadas do Banco Central do Brasil.

Contudo, faz-se mister ressaltar os seguintes aspectos:

Os resultados deste Exercício, que julgamos / auspiciosos, conforme as Demonstrações das Contas Lucros e Perdas, após encerrados os custos operacionais, permitiu-nos levar a crédito das Reservas e Fundos a importância de Cr\$ 2.065.359,27, equivalente a 20,65% do Capital Social.

APLICAÇÕES - É nos setores Industrial e Comercial que proporcionam maiores efeitos em toda economia, e por isto, procuramos elevar as aplicações nas atividades da espécie, cujo saldo nas /

respectivas rubricas na data base é de Cr\$. 76.528.177,91, representando 67,28% ao ano anterior.

DEPÓSITOS - Numa época em que os depósitos / passaram a ser mais ainda demandados, conseguimos no Exercício um incremento de 21,25%, condição que nos permitiu um sensível aumento de nossas aplicações.

AGÊNCIAS - Considerando a condição de órgão colaborador oficial do Governo do Estado, visando a integração econômica do Estado, o Banco procurou ensejar o crédito a diferentes regiões e setores de produção. Nestas condições, inauguramos uma Agência na cidade de Areia Branca e outra na cidade de Macaíba, ambas deste Estado, e inauguramos já neste ano uma agência na cidade de Currais Novos.

FUNCIONÁRIOS - Na dificuldade de creditar-se, no complexo administrativo, maior merecimento a qualquer tipo de iniciativa, cumpre-nos por dever de gratidão, nesta ocasião, realçar e agradecer a colaboração dedicada de todos os funcionários que se integraram com zelo e pertinácia no admirável esforço de toda nossa equipe.

CONCLUSÃO - Os fatos aqui mencionados consti-

tuem um breve sumário da vida do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, no ano de 1974, permitindo, todavia, concluir-se por um saldo bastante alentador de realizações, que representa, evidentemente, o crescimento da organização.

O Governo do Estado, na pessoa do Exmo. Sr. Professor Cortez Pereira, ofereceu o substancial apoio ao trabalho do Banco, o que valeu decisivamente para a conquista dos nossos objetivos.

Finalmente, expostos os fatos que julgamos do nosso dever levar ao conhecimento dos Senhores Acionistas, agradecemos às classes produtoras e aos nossos clientes e amigos pela confiança com que fomos distinguidos no Exercício recém-findo e colocamo-nos às ordens de todos para quaisquer outros esclarecimentos.

Natal, 28 de fevereiro de 1975.

TARCÍSIO PEREIRA DE ARAUJO
Diretor-Presidente

JOSÉ VALE DE MELO
Diretor de Operações

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

Compreendendo: Direção Geral e Agências

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONIBILIDADES.....	17.014.944,05	NÃO EXIGÍVEL	
REALIZÁVEL		Capital Social.....	10.000.000,00
— Empréstimos:		Reservas e Fundos.....	5.777.726,83
À produção e ao Comércio.....	76.528.177,91	EXIGÍVEL	
À Atividades não Especificadas..	19.358.757,96	Depósitos a vista e a prazo.....	78.430.396,62
À Governos Estadual e Municipal.	39.721.319,89	Outras exigibilidades.....	282.044.322,05
À Outras Atividades.....	135.633.255,76		360.474.718,67

OUTROS CRÉDITOS.....	218.342.845,93
VALORES E BENS.....	4.552.564,91
IMOBILIZADO.....	3.116.837,12
RESULTADO PENDENTE.....	1.886.133,91
CONTAS DE COMPENSAÇÃO.....	38.053.412,39
	<hr/>
	418.599.994,07

RESULTADO PENDENTE.....	4.294.136,18
CONTAS DE COMPENSAÇÃO.....	38.053.412,39
	<hr/>
	418.599.994,07

TARCÍSIO PEREIRA DE ARAUJO
Diretor-Presidente

JOSÉ VALE DE MELO
Diretor de Operações

HAROLDO DE SÁ BEZERRA
Diretor Administrativo

JOSÉ REIS DE OLIVEIRA
Tec.Cont. - CRC-1181/RN

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS

D É B I T O	Em		TOTAL	C R É D I T O	Em		TOTAL
	28.06.1974	31.12.1974			28.06.1974	31.12.1974	
DESPESAS OPERACIONAIS.....	1.186.849,56	1.838.063,89	3.024.913,45	RENDAS OPERACIONAIS.....	6.955.211,00	8.297.215,53	15.252.426,53
DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	4.208.494,73	5.020.388,09	9.228.882,82	RENDAS DE TARIFAS/S/SERVIÇOS.	345.044,74	398.726,37	743.771,11
PERDAS DIVERSAS.....	851.791,30	426.678,14	1.278.469,44	OUTRAS RENDAS.....	577.302,51	353.436,26	930.738,77
LUCROS.....	1.922.974,75	2.604.159,23	4.527.133,98	LUCROS DIVERSOS.....	292.552,09	839.911,19	1.132.463,28
	<hr/>	<hr/>	<hr/>		<hr/>	<hr/>	<hr/>
	8.170.110,34	9.889.289,35	18.059.399,69		8.170.110,34	9.889.289,35	18.059.399,69

VISTO DO CONSELHO FISCAL:

Solon Rufino de Aranha
Carlos Galvão Filgueira
Joaquim Mavignier de Noronha

DIRETORES:

TARCÍSIO PEREIRA DE ARAUJO
Diretor-Presidente
JOSÉ VALE DE MELO
Diretor de Operações
HAROLDO DE SÁ BEZERRA
Diretor Administrativo

Natal, 31 de dezembro de 1974.

JOSÉ REIS DE OLIVEIRA
Tec.Cont. - CRC-1181/RN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na conformidade do que dispõe os Estatutos do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, o Conselho Fiscal examinou, detalhadamente, o Relatório da Diretoria e anexos, constantes dos Balanços de 28 de junho e 31 de dezembro e as contas de Lucros e Perdas, e demais documentos referentes ao exercício financeiro de 1974, verificando encontrar-se tudo na mais perfeita ordem e exati-

ção, por que propõe sejam aprovados pela Assembleia Geral sem reservas. Em consequência, apresenta à Diretoria do Banco e aos seus Acionistas congratulações pelos excelentes resultados verificados no exercício financeiro próximo findo, como revelam os citados documentos.

Natal(RN), 20 de fevereiro de 1975.

SOLON RUFINO ARANHA
Presidente

JOAQUIM MAVIGNIER DE NORONHA
Membro

ZULEIDE FERREIRA BARBALHO
Membro

1973) num ano de muita movimentação em torno da indefinição da Sudene quanto aos projetos que ela própria aprovava para implantação em nosso Estado, o RN-ECONÔMICO dizia, em editorial: "Um dos problemas mais sérios e carente de uma solução objetiva é o da captação de recursos do 34/18. Apesar das "soluções" estarem sempre estampadas nas manchetes de jornais e serem um motivo de preocupação constante para os que dirigem os órgãos vinculados ao assunto. O Rio Grande do Norte está sendo castigado pela crise da captação. São inúmeros os projetos aprovados pela Sudene, que se encontram estancados desacreditados".

E mais adiante "Dinheiro para captar realmente existe — dizem os entendidos. Basta o empresário se dispor a pagar 35 ou 40% de corretagem para conseguir recursos do 34/18. Entretanto, se ele não se submeter aos caprichos dessa "mafia" — que são os escritórios de captação — não conseguirá nada. Ou seja: se o empresário agir com honestidade, pagando e contabilizando apenas a comissão permitida pela Lei, fracassará".

No n.º 41, numa entrevista que repercutiu nacionalmente, o senador Dinarte Mariz dizia ao RN-ECONÔMICO:

— "Temo pelo futuro do Rio Grande do Norte, pois a cada dia que passa, sinto que nos distanciamos do processo de desenvolvimento de outras regiões, e até mesmo de outros Estados vizinhos".

Mais claramente, já também defendendo o que finalmente se confirma agora, ele aduzia:

— "O 34/18 vai terminar concorrendo para a escravidão crescente da economia do Nordeste. Na minha opinião, é preciso criar o Fundo para o Desenvolvimento do Nordeste. Em primeiro lugar, para acabar com a evasão da renda regional, através do 34/18. Por acaso o dinheiro dos incentivos fiscais não está entregue gratuitamente aos capitalistas do Sul? E, usando esse dinheiro não estão eles explorando os industriais do Nordeste? Isso prova que o paternalismo dessa política é prejudicial. E eu sempre fui contra paternalismo, não acredito em paternalismo na economia. Só creio no desenvolvimento do Nordeste promovido pelo próprio Nordeste. O sistema 34/18 deixa a nossa Região em situação semelhante àquela em

que o Brasil vivia mergulhado há alguns anos, explorado por outras nações, que aqui aplicavam o seu capital, para explorar as nossas riquezas, exportando os lucros e os juros do capital empregado.

E, mais contundente: "Se não existissem outros motivos que tornassem necessária a reformulação do sistema, bastaria a corrupção que se armou na captação dos recursos do 34/18, corrupção vinculada também, em muitos casos, à indústria de elaboração de projetos".

Depois de tudo isto, resta esperar que, reestruturado e regulamentado, o sistema de captação de recursos dos incentivos fiscais passe agora a desempenhar o seu papel precípuo, de fomentador real do desenvolvimento setorial e regional. Mais especialmente, do Nordeste e, primordialmente, do Rio Grande do Norte, um Estado até agora tão relegado nos cronogramas de atendimentos da Sudene.



Ao mecanizar sua lavoura, não compre só meio trator.



CATERPILLAR

Caterpillar, Cat e D são marcas de Caterpillar Tractor Co.

Minhas máquinas constroem estradas perfeitas. Quem as faz seguras é você. Dirija com cuidado.



marcosa s.a.

MÁQUINAS, REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

NATAL - R. G. do Norte
Trav. das Donzelas, 311

J. PESSOA - Paraíba
BR - 101, n.º 235

FORTALEZA - Ceará
Rua Castro e Silva, 294/8

F 1019

A moderna agricultura já chegou ao Brasil. O governo financia o plantio, garante a plantação e facilita a compra de máquinas e equipamentos.

Mas você é quem garante o sucesso dos resultados.

E, para isto, você precisa de máquinas para todos os tipos de trabalhos.

De máquinas versáteis. Que desmatam, destocam, aram, subsolam, gradeiam, terraceiam, etc. mesmo sob a carga dos implementos mais pesados.

Pois apenas com máquinas que possam trabalhar muito.

é que você poderá ampliar seus campos de cultivo, construindo, também, estradas, canais, açudes, barragens, enlins, todas as benfeitorias necessárias.

Para isso, os tratores D4D (76 CV) e D6C (142 CV) são fabricados no Brasil.

Eles cumprem, realmente tudo que prometem. Venha vê-los no Revendedor Caterpillar mais próximo de sua cidade.

E conheça as máquinas dos grandes sucessos.

Cooperativa dá rumo certo à ILNASA

A ILNASA passou por uma revolução sob todos os aspectos.

Ela agora pertence aos próprios produtores de leite.

A perspectiva da indústria leiteira em Natal mudou da água para o vinho. Pelo menos é o que se deduz das declarações otimistas e alguns dados bem sugestivos apresentados pelos principais produtores. Estes, têm uma explicação precisa para a euforia da classe: a vigorosa tomada de posição de diversos órgãos, estaduais e federais, formando uma corrente sólida para superar os obstáculos que vinham entravando o desenvolvimento da produção leiteira no Estado a ponto de levá-la a uma perigosa e incômoda posição entre o receso e a estagnação.

O conjunto de providências saneadoras culminou com o controle acionário da ILNASA por parte da Cooperativa de Laticínios de Natal — CLAN, transação concretizada em março e classificada pelo seu gerente e também produtor Vinício Garcia Freire como "verdadeira revolução, sob todos os aspectos, inclusive social/humano".

Traduzindo o seu entusiasmo e o da grande maioria dos produtores, nesta fase que tudo indica ser o prenúncio de uma nova era para o abastecimento do leite em Natal, Freire afirma que as mudanças processadas constituíam um sonho antigo dos produtores que, agora, participam de todas as fases da industrialização do leite.

A MUDANÇA

Na realidade, tudo obedeceu a uma lógica elementar, que pode ser expressada na fórmula "o que é seu a seu dono". Observa-se uma inabilidade crônica na condução dos problemas relacionados com a produção/comercialização do leite em Natal. Primeiro, não havia qualquer garantia para os produtores, principalmente pela interferência de pessoas não inteiramente familiarizadas com o problema. Em consequência, os prejuízos se acumulavam e a ILNASA teve de amargar saldos ne-

gativos em cinco balanços anuais, num total de Cr\$ 450 mil. Tanto o grupo Codern como o Estado se mostraram inábeis para imprimir métodos adequados para um bom funcionamento da ILNASA que, desse modo, fracassava tanto em relação à captação da produção como, consequentemente, no abastecimento à população.

O impasse provocou a entrada em cena de diversos órgãos porque, de fato, o problema exigia a partici-



Newton de Paula: "Depois de 5 anos de prejuízo, a ILNASA em apenas 7 meses sob nova direção dá lucro de quase Cr\$ 500 mil".

pação de muitas cabeças pensantes — e atuantes. INCRA, DEMA, ANCAR e Secretaria de Agricultura, entre outros, concorreram com estudos para que o problema fosse equacionado racionalmente. O resultado foi a passagem do controle acionário da Ilnasa para a CLAN, que adquiriu do Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte suas 560 mil ações e do BANDERN 471 mil e 200, passando a ser majoritária na administração da única usina de pasteurização da cidade. O preço unitário das ações foi de um cruzeiro

e o pagamento será em 24 meses, com carência de 60 dias. Os recursos financeiros para o pagamento do débito serão conseguidos através do desconto, diário, da ordem de 10 centavos de cada litro de leite produzido pelos associados da Cooperativa.

Foi a terceira mudança ocorrida na estrutura administrativa da ILNASA e, segundo crêem os seus novos administradores, a ideal e definitiva.

MAIS ADIANTE

Porém os novos horizontes da indústria leiteira não se limitam ao controle da ILNASA pelos próprios produtores de leite, através de sua cooperativa. O INCRA, por exemplo, segundo informa o seu chefe de Divisão no Estado, economista José Lacet de Lima Filho, pretende, através do Projeto Integrado de Desenvolvimento Cooperativista — PID-COOP, realizar o cadastramento de todos os produtores de Natal e das principais cidades do Estado. Esse projeto, coordenado conjuntamente pelo Ministério da Agricultura e Instituto de Colonização de Reforma Agrária, visa também oferecer apoio logístico à CLAN, através de assistência profilática dentro da própria ILNASA, pondo à disposição dos associados/produtores um médico-veterinário.

Esse plano assistencial já está tendo os seus contornos traçados pelo médico-veterinário Sócrates Neto, também técnico em projeto para bacias leiteiras e atualmente vinculado à Divisão do INCRA de Fortaleza, Ceará.

UNIDADE DE PENSAMENTO

Como a união faz a força, a CLAN, ILNASA e o INCRA acham que podem encontrar vitalidade suficiente para a solução dos problemas que vêm afligindo a indústria leiteira.



Vinício Garcia Freire: "Formamos uma unidade de pensamento, convergindo para o mesmo objetivo: melhorar o abastecimento do leite pasteurizado em Natal".

— Formamos uma unidade de pensamento forte — diz Vinício Garcia — com a empresa privada e o Estado convergindo para um ponto determinado: melhor abastecimento de leite pasteurizado para a população do Natal.

Essa unidade de pensamento, contudo, ainda não significa perfeito entrosamento no que se refere a planos. Confessa Vinício Garcia que a CLAN ainda não conhece os planos do técnico do INCRA. Todavia, já tem alguns pontos definidos para a sua estratégia ofensiva visando melhorar a produção de leite no Estado. Essa ofensiva compreende os seguintes aspectos: controle de abastecimento de insumos ao produtor particularmente o farelo, cuja cota de cada produtor está agora sob a responsabilidade da Sunab, (porque as distorções anteriores implicavam na venda de grandes quantidade por preço exorbitante no mercado); obter, através do INCRA, maior assistência veterinária ao gado leiteiro; expandir, cada vez mais, o número de revendedores de leite nos bairros da Capital; manter o pagamento das cotas do produtor em dia e, ainda, com a ajuda da Secretaria de Agricultura e do INCRA, manter um programa de seleção genética do gado produtor do leite.

A FILOSOFIA DE SÓCRATES

Saber, para depois interpretar. Essa é a filosofia do médico-veterinário Sócrates Neto, carioca forma-

do pela Escola Nacional de Veterinária e, atualmente, servindo na Divisão-Técnica do INCRA/Ceará. Fixou, como primeira meta de sua missão, coletar o máximo de informações possível sobre a atual situação da bacia leiteira natalense para, então, montar um quadro real. Nos primeiros levantamentos concluiu que Natal tem um déficit diário de 50 mil litros de leite, levando em conta uma população de 300 mil pessoas. O seu raciocínio se baseia nas estimativas da FAO para as necessidades mínimas de leite do organismo humano, que são de 200ml por dia, ou seja, um copo tamanho grande. Segundo esses cálculos a quantidade ideal que a ILNASA devia produzir por dia é de 90 mil litros de leite diários, possibilitando o consumo per-capita de 300ml.

**Técnico do INCRA
estima em 50 mil
litros o deficit
diário de leite em Natal.
Mas acha que a
ILNASA pode
reduzi-lo.**

Mesmo confessando desconhecer a atual capacidade produtora da bacia leiteira de Natal, Sócrates a supõe capaz de chegar à produção que considera ideal, bastando introduzir novos métodos, assistência técnica e médica aos produtores localizados num raio de 130 km, tomando-se como vértice a cidade do Natal. Catalogados e com a devida assistência, acredita o técnico que esses produtores terão condições de formar uma sub-bacia leiteira nas cidades de Caicó e Mossoró, onde o leite ainda é consumido "in-natura".

Sócrates Neto também faz fé na expansão da ILNASA. Ele acha que a empresa ainda não está explorando em Natal todo o seu potencial leiteiro, deixando de investir, por exemplo, no iogurte, produto bastante rentável e de grande aceitação em todo o país. E é exatamente essa uma das tarefas do técnico: mostrar todas as possibilidades de melhorar a produção e a exploração comercial do leite, no Rio Grande do Norte.

E, para tanto, pretende estabelecer uma ponte de comunicação entre todos os produtores do Estado, visitando fazendas, coletando dados sobre preços de insumos, etc.

Outra conclusão de Sócrates, nas suas primeiras semanas de trabalho, é a de que a ILNASA tem condições de abastecer a cidade sem necessitar importar leite de Alagoas.

— É uma questão de união, trabalho e conscientização do natalense, estimulando-o a consumir mais leite e iogurte. Em breve não só estaremos produzindo mais leite, como produzindo iogurte de diversos sabores — afirma Sócrates.

ANIMAÇÃO DOS PRODUTORES

Os produtores acompanharam o coro da animação dos dirigentes da CLAN ILNASA. Embora a produção global ainda esteja muito longe de atender as necessidades — no momento, a ILNASA produz só 18 mil litros/dia — todos vêem as melhores perspectivas. Nilton de Paula, considerado um dos maiores produtores — 1.200 litros/dia — afirma que a ILNASA vive um dos seus melhores momentos e que a sua principal preocupação é, através de convênios firmados com órgãos federais, obter ajuda para a estruturação da bacia leiteira potiguar. Ele argumenta com dados positivos comparando o desastre financeiro anterior com os cinco balanços negativos e o fato de, em apenas sete meses sob a administração da CLAN, a ILNASA ter obtido um lucro de Cr\$ 432.047,07.

— E tudo isso — diz o entusiasmado Nilton de Paula — porque estamos motivados. Motivação é a palavra mágica que vem despertando o interesse do produtor pela ILNASA: gerindo seu próprio negócio, ele sente-se obrigado a produzir mais, competir mais e com melhores técnicas.

Para Joaquim Alves Flor, associado da CLAN, o "clima é de grande tranquilidade, com a política agressiva de comercialização dando bons resultados". Os revendedores receberam novos depósitos adquiridos pela CLAN e o total de postos de venda, em Natal, subiu para 310.

Vamos aumentar ainda, desde que a produção cresça.

E ele, como os outros produtores, não tem a menor dúvida que isso vai acontecer: passou o tempo das vacas magras. ●

Excesso de Questões Trabalhistas traz nova Junta de Conciliação

São as questões trabalhistas da área rural as que surgem em maior quantidade. Depois, vêm as da construção civil.

As normas da Justiça do Trabalho determinam que, quando uma Junta de Conciliação e Julgamento atender a mais de 1.500 processos, anualmente, e durante três anos seguidos, ela já está abarrotada e deve dividir as suas atribuições com uma segunda Junta, a ser criada imediatamente. Desde 1972 a única Junta de Natal já excede esse limite e só em 1974 recebeu mais de 3.000 processos. Mesmo assim, continua sozinha.

A situação, no entanto, vai agora ser resolvida: uma mensagem propondo a criação da 2.^a Junta de Conciliação e Julgamento para Natal já foi encaminhada pelo Ministério da Justiça ao Congresso Nacional e dentro de 30 dias deverá estar aprovada. Posteriormente o Tribunal Regional do Trabalho (a 6.^a Região, sediada em Recife) tratará de sua instalação.

As Juntas de Conciliação e Julgamento tratam, especificamente, de querelas trabalhista entre empregados e empregadores, situações advindas geralmente das demissões ou da não observância de deveres e obrigações de ambas as partes, uma para com a outra. A nomenclatura é clara, mas ao sabor de uma proporção bem maior de julgamentos em favor dos empregados, criou-se o mito de que elas se transformaram em órgãos paternalistas. Mas isto se deve, segundo os Juizes presidentes, à própria CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) que é essencialmente protecionista: 90% de suas cláusulas são a favor do trabalhador. E o Juiz,

observando a letra da lei, não sendo arbitrário, normalmente vai optar por uma das cláusulas que dá o empregado como vencedor. Apesar do que, no Rio Grande do Norte, 40% das ações terminam em acordos, o que sempre é a melhor solução, segundo ainda os Juizes, mais ainda porque a missão preliminar da JCJ é justamente a de conciliar, acordar.



Fausto Medeiros: "Aguarda-se a criação da nova Junta o mais breve possível".

RN: TRÊS JUNTAS

Atualmente no Rio Grande do Norte existem três Juntas de Conciliação e Julgamento: a de Natal, a de Mossoró e a de Macau. Das três,

realmente só a da Capital está com excesso de atribuições, transformada mesmo na Junta de maior movimento, em toda a 6.^a Região. Os 3.000 processos protocolados em 1974 deixaram o Juiz Francisco Fausto Paulo de Medeiros com um volume muito grande de trabalho, além de provocar o atraso de soluções finais para a maioria dos casos. João Pessoa, hoje, possui duas Juntas e Recife, nove. Toda a 6.^a Região tem 29 — número que deve ser superado somente pelas Juntas de São Paulo, Capital.

— "Natal precisa urgentemente dessa segunda Junta" — diz o advogado José Vasconcelos da Rocha, provavelmente o profissional mais atuante desse setor, em nossa capital. — "Os processos estão se amontoando, porque chegam numa média de 12 por dia".

Se o número de processos protocolados e a instância de José Rocha não bastassem para justificar a criação dessa 2.^a Junta, uma passagem em frente ao prédio da nossa única JCJ, na avenida Hermes da Fonseca, certamente serviria de argumento final: a partir das 13 horas, quando começam a ser julgados os processos, é algo festivo o ambiente interno e externo do prédio, com dezenas de operários transitando, com Juizes, presidentes de sindicatos e vogais na expectativa de suas atuações.

Depois da Junta de Natal, a mais movimentada do Estado é a de Mossoró, que tem como Juiz o magistrado Tarcisio Miranda Monte. A

de Macau, embora tenha o menor volume de trabalho, é considerada de muita importância: com ela se dá que "tem mais qualidade do que quantidade", ou seja: as suas ações são sempre de altos custos. Um litígio julgado lá, ao final, tem valido mais do que dez (ou mais) julgados em Natal ou em Mossoró, levando-se em conta as custas recolhidas pela parte perdedora, isto é, o que a própria Justiça ganha, e que é recolhido ao Banco do Brasil, em formulário próprio do Ministério da Fazenda. Neste particular, existe uma diferença entre os Juizes do Trabalho e os de Direito ou Promotores: os primeiros nunca participam das custas recolhidas.

O Juiz de Macau é o Magistrado Aluizio Rodrigues e naquela Junta, assim como na de Mossoró, o grande volume de causas diz respeito a trabalhadores das salinas.

UMA JUNTA ECLÉTICA

A Junta de Conciliação e Julgamento de Natal pode ser considerada uma Junta eclética, se considerado o fato de, sediada na capital, onde as causas trabalhistas são mais ligadas ao comércio e à indústria, ter de atender à extensa área rural do Vale do Ceará Mirim e mais Barra do Maxaranguape e Eduardo Gomes.

E é justamente a área rural que abarrotou o birô do Juiz Fausto Medeiros de processos, notadamente os oriundos das plantações de cana de açúcar.

As causas da ida de um trabalhador à Junta são várias, mas de modo geral podem ser agrupadas como: pagamento de 13.º salário, de férias, de horas extras, de Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço, aviso prévio, diferenças salariais, abono-família.

Na área urbana propriamente dita, a JCJ de Natal também julga muitos processos provenientes da construção civil. Com menos frequência, os oriundos da indústria e do comércio.

Advogado de várias firmas construtoras, embora também não se faça de rogado quando chamado a defender um operário, o bacharel Jobel Amorim das Virgens entende que a grande razão de muitas empresas da construção civil terminarem nas malhas da Justiça Trabalhista é a dificuldade financeira que a maioria delas atravessa. São as pequenas e médias empresas, diz ele, "vítimas de uma legislação desumana, que

prevê apenas reajustes nos contratos de pequena monta financeira, reajustes incapazes de corresponder às necessidades da firma, que se vê impossibilitada de cumprir as suas obrigações trabalhistas e até as essencialmente comerciais, as fiscais, previdenciárias e tributárias".



José Rocha: "Os processos estão se amontoando. Natal precisa de uma nova Junta".

Para José Vasconcelos da Rocha, é o trabalhador rural, no entanto, que movimenta mais a Justiça Trabalhista. Ele acha que, com o advento do FGTS, diminuíram as causas de indenizações, mas em compensação continuam persistindo as que requerem pagamentos de 13.º salário, férias, horas extras, principalmente. E isto, por que?

— "A Legislação Rural, por ser nova, apanhou o empregador do campo totalmente desorganizado" — diz ele. "Antigamente, as relações entre empregador e empregado rurais eram feitas na base do paternalismo, com morador que era comprador do proprietário da terra, ou que morava na fazenda há muito tempo e se tornava quase uma parte integrante dela".

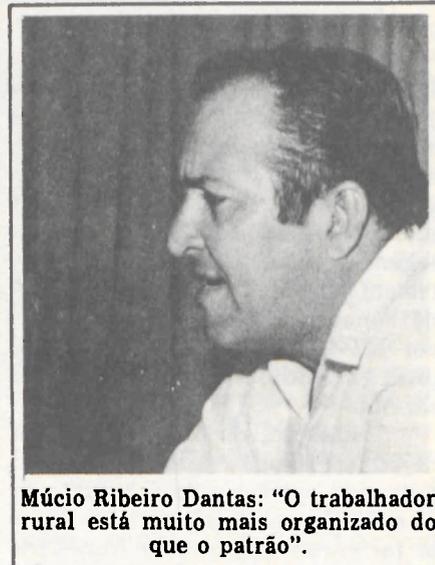
Ele cita, ainda, um dispositivo da Legislação Rural que considera impiedoso: a não prescrição de férias e 13.º salário para o trabalhador no prazo de dois anos, mesmo ele ainda empregado, como ocorre com o trabalhador de outras áreas. No caso específico do operário do campo, a prescrição só se dá dois anos após ter se acabado o vínculo empregatício.

— "Isto está gerando um verdadeiro caos entre os empregadores" diz José Rocha. E explica: "A Legislação Rural está em vigência há dez

anos. Acontece que a grande maioria dos empregados tem mais de 10 anos de tempo de serviço e, dispensado do trabalho, terá sempre dois anos à sua disposição para recorrer à Justiça e exigir direitos. Ou seja: um empregado desses, na Junta de Conciliação e Julgamento, pode exigir até dez férias, dez 13.º salários".

Ele lembra que o Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado, pela Lei n.º 5.889, de 08.06.73, mas justamente o seu art. 10 ficou incólume, assegurando: "A prescrição dos direitos assegurados por esta Lei aos trabalhadores rurais, só ocorrerá após dois anos da cessação do contrato de trabalho".

Múcio Ribeiro Dantas, advogado e presidente da Associação dos Plantadores de Cana, homem estritamente ligado à problemática, não tergiversa em admitir:



Múcio Ribeiro Dantas: "O trabalhador rural está muito mais organizado do que o patrão".

— "Hoje, o trabalhador rural está mais organizado do que o patrão. Ele entende de legislação trabalhista e geralmente está filiado a um sindicato, que o orienta e o protege".

E reconhece:

— "No fundo, o que ocorre é que os empregadores rurais no Rio Grande do Norte não têm nenhuma consciência de classe. Eles podem até entender da legislação, mas por comodismo ou negligência, até quando estão cumprindo exigências legais, não se munem da documentação que os vai isentar de responsabilidades, no caso de reclamações injustas. Reclamações que muitas vezes são acolhidas pela Justiça porque o empregador não teve nem a cautela de guardar documentos, quando efetuou pagamentos de direito, ao trabalhador".

E tanto ele como José Rocha são

unânicos em reconhecer que, no caso dos sindicatos, os empregados estão fatalmente muito mais bem servidos.

— “A Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte é um órgão super-organizado” — diz José Rocha. “Possui um corpo de advogados muito bom, são seis ao todo, com tempo integral. O órgão promove palestras, publica boletim com inovações da legislação, põe todo mundo em dia com o assunto. O empregador, esse, ficou isolado. Os empregados têm mais de 50 sindicatos atuantes, em todo o Estado. O empregador tem uns poucos, e assim mesmo inoperantes. Desconheço que na Federação dos empregadores haja um órgão que os defenda. Vivo dentro do problema e nunca vi”.

E A SEGUNDA JUNTA?

Deixadas de lado as implicações íntimas e afins da problemática empregado/empregador rurais, que, de resto, é responsável pelo acúmulo de serviços da única Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, falta considerar um pouco mais a criação da segunda Junta, que está por vir.



Jobel Amorim: "Crise financeira leva muitas empresas à Junta"

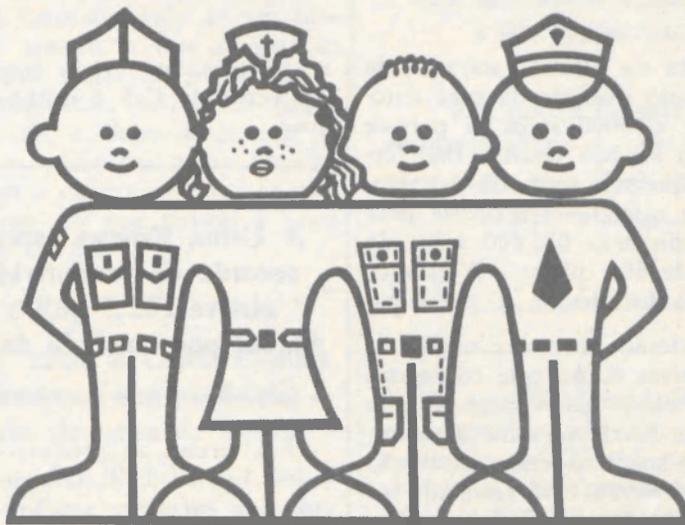
O Juiz da atual, Fausto Paulo de Medeiros, diz que, agora que a mensagem propondo a criação já foi encaminhada pelo Ministério da Justiça ao Congresso Nacional, aguarda-se a aprovação da matéria para o mais breve possível. Após isto, o Tri-

bunal Regional do Trabalho, sediado em Recife, e a quem está afeta a jurisdição do Rio Grande do Norte, vai determinar a ele, Fausto Medeiros, que cuide da instalação da novel Junta. E ele terá — embora de bom grado, pois isto significa desafogo de suas atribuições e atribuições - que providenciar a nomeação do pessoal já concursado, a aquisição do mobiliário. E, antes de mais nada, publicar edital na imprensa oficial ou não, dando o prazo de 15 dias para que os Juizes do Trabalho de toda a 6.ª Região requeiram a sua remoção para a direção do novo órgão.

— “Quanto a essa questão de remoção, será observado o critério de antiguidade” — diz Fausto Medeiros — “dentre os Juizes que tenham interesse de requerer. A nomeação não dependerá de política de interesses”.

A Segunda JCJ funcionará no mesmo prédio da primeira que, apesar de não possuir espaço físico muito pródigo, poderá acomodá-la em princípio. As duas secretarias ficarão juntas, funcionando nos dois expedientes. As audiências da Primeira serão à tarde e a da Segunda, pela manhã.

CONFECÇÕES Dinan



fardamentos Natal-Rn

RUA GENERAL GLICÉRIO, 858 — Fone 2-0910 — RIBEIRA — NATAL — RN

Usina Estivas produz 69% do açúcar do RN

Embora na última safra ainda tenha ficado distante da cota autorizada de 800.000 sacos, o parque açucareiro do Rio Grande do Norte conseguiu pela primeira vez atingir a cota oficial determinada pelo IAA, produzindo 633.000 sacos de açúcar, de 60 quilos. O alcance dessa cota foi devido à participação considerada extraordinária, da Usina Estivas S. A., que conseguiu produzir 50.000 sacos além da sua capacidade final, na safra anterior, ou seja: a sua moagem e produção da safra de 1974/1975 (iniciada no mês de setembro de 1974) atingiu 437.000 sacos, contra 388.000 da safra 1973/1974. A nova marca recorde da Usina Estivas S. A. representou 69% da produção global do Rio Grande do Norte.

A cota autorizada de 800.000 mil sacos, o Rio Grande do Norte certamente vai demorar um pouco a atingir, mas o fato de haver sido alcançada a cota oficial já é dos mais significativos, principalmente levando-se em conta que a pretensão da Usina Estivas S. A. era a de produzir até 500.000 sacos de açúcar na última safra, não o conseguindo em consequência dos danosos efeitos das enchentes, que atingiram toda a região canavieira, nos meses de abril a julho do ano passado, devastando uma grande área da lavoura própria e dos fornecedores.

Referindo-se a esses prejuízos, o diretor-presidente da Estivas, Murilo Tavares de Melo, diz que foram estragadas 15.000 toneladas de cana plantada, inclusive a área do plantio, que ficou imprestável e praticamente destruída isto no que se refere às plantações próprias da Usina. Mais 20.000 toneladas, nas áreas dos fornecedores, também foram danificadas, além dos prejuízos advindos com a obstrução de estradas vicinais, pontes, aterros, buei-

ros, cercas, etc., tudo importando em cerca de Cr\$ 4 milhões perdidos.

A Usina Estivas bateu um recorde de produtividade: obteve 102,5 quilos de açúcar por tonelada de cana.

Em termos de produtividade, a Usina Estivas S. A. também conseguiu um excelente rendimento, ultrapassando um recorde próprio, conseguido na safra anterior: em 1973/1974 o mais alto rendimento industrial da região Norte/Nordeste havia sido conseguido pela Usina potiguar, com 98 quilos de açúcar por tonelada de cana esmagada. Na safra 1974/1975, esse índice foi superado em 4,5 quilos sobre o anterior: se conseguiu 102,5 quilos — o que confirma para a Estivas uma posição de indiscutível liderança, sob esse aspecto.

O Grupo Tavares de Melo já investiu Cr\$ 63 milhões na modernização da Usina Estivas. Hoje, ela produz 69% do açúcar do Rio Grande do Norte.

Para atingir esses altos índices de produção e produtividade, a Usina Estivas tem adotado sempre uma política de desenvolvimento que começou quando o Grupo Tavares de Melo a adquiriu, em 1969, encontrando-a totalmente sem condições de funcionamento. Desde

aquela época e até hoje, a expansão dos diversos setores da indústria, a modernização e racionalização dos sistemas operacionais e um correto programa social, para atender aos seus empregados, têm sido postos em prática. Investimentos da ordem de Cr\$ 63 milhões já foram feitos, na modernização e ampliação das instalações industriais e nos serviços infra-estruturais, desde a implantação de máquinas e equipamentos às construções civis. Atualmente, por exemplo, estão em fase de instalação e montagem, para funcionar a partir da próxima safra, novos vácuos, evaporadores, cristalizadores, centrifugas, sulfitor, secador de açúcar, depósito para melço e outros equipamentos, que possibilitarão, sem dúvida, a obtenção de melhores índices de produtividade.



Murilo Tavares: "A meta é atingir 520 mil sacos na próxima safra."

No setor de construções civis, o programa inclui ambulatório médico-odontológico, capela ecumênica, laboratório e escritório técnico, armazéns para adubos, almoxarifado geral, garage e oficina para veículos e tratores, casas para técnicos de nível superior e para operários especializados, clube social, apartamentos para professores, pavimentação interna, reforma do escritório central e ligação asfáltica com a rodovia BR-101. Algumas dessas obras já estão concluídas e em pleno funcionamento.

Já é tempo do governo do Estado pensar seriamente num programa de chuvas artificiais para os taboleiros.

Paralelamente, a empresa desenvolve um intenso programa no setor agrícola, com trabalhos de mecanização e de tratamentos culturais, além do emprego de modernos métodos tecnológicos, afóra a aquisição de novas máquinas e implementos e a renovação e ampliação da frota rodoviária. E desenvolve o que o sr. **Murilo Tavares de Melo** considera um fato da maior importância: a conquista de novas áreas de terras virgens, os chamados taboleiros, com fundação de novos campos.

Na realidade, o plantio de cana de açúcar em taboleiro assegura à **Usina Estivas S. A.** mais uma prática pioneira. Atualmente já há 1.300 hectares plantados que, somados aos espaços de outras áreas representam 3.000 ha. de plantação própria da Usina, afóra as áreas plantadas de 134 fornecedores.

Falando sobre a situação das áreas plantadas, nos terrenos alagados ou secos, sr. **Murilo Tavares de Melo** faz algumas considerações:

— “No primeiro caso, há uma necessidade premente de se corrigir os rios que servem aos três vales onde estão situadas as plantações: os vales de Canguaretama, do Jacu e de São José de Mipibu. Os rios são o Curimataú e Espinho, no primeiro vale, o Jacu no segundo e os Trairí e Araraí no terceiro. Por conta da falta de drenagem, esses rios anualmente vão reduzindo as áreas de plantio e quando ocorrem chuvas intensas, como no ano passado, a situação se agrava mais ainda”.

No caso dos taboleiros, ele acha que já é tempo do Governo do Estado pensar seriamente na adoção de chuvas artificiais para aquela área e até para outras. Diz ele:

— “Quando se fala em chuva artificial, muita gente torce o nariz. Mas o Ceará é um exemplo bem típico da viabilidade dessa prática. Não digo que no caso do Rio Grande do Norte se partisse para a implantação definitiva de um programa. Mas se poderia fazer estudos, pesquisar, tendo em vista experimentos que terminariam comprovando a favorabilidade de um plano mais efetivo, a fim de que se aproveitasse tanta terra perdida”.

Mesmo assim, utilizando práticas diversas, a **Usina Estivas S. A.** conseguiu aumentar a sua produção própria de cana de açúcar, nos cinco anos em que passou à nova gerência, em 362%.

Em 5 anos, a Usina Estivas aumentou a sua produção própria de cana de açúcar em 362%.

A **Usina Estivas** está localizada no município de Arês e sua influência econômica se estende por uma área de dez municípios e suas vilas, povoados, etc. — onde se concentram os imóveis produtores da lavoura canavieira, própria e dos fornecedores. Cerca de 800 pessoas estão distribuídas nos diversos setores de atividades agrícolas e industriais, o que representa uma dependência direta de aproximadamente 5.000 pessoas.

Analisando a influência da Usina na região, é ainda o sr. **Murilo Tavares de Melo** quem cita um caso simples, porém muito representativo:

— “A cidade de Goianinha, embora fique um pouco distante da Usina, é praticamente o centro de toda operacionalidade da empresa, porque se aproxima de todas as áreas dos fornecedores. A feira de Goianinha, antes da nossa presença, mal começava, terminava: pelas oito, nove horas da manhã estava acabada. Hoje ela ultrapassa o meio dia e dura até as treze, catorze horas”.

Porque é uma feira que atende a cerca de 2.500 trabalhadores que servem aos plantadores de cana — do que resulta um contingente de mais de 12.000 pessoas que, de forma indireta, dependem das atividades da Usina.

Com 800 empregados, a Usina Estivas estende a sua influência econômica a dez municípios.

Em época de safra, a empresa eleva as suas despesas a mais de Cr\$ 1 milhão, por semana.

No ano de 1974 a folha de salários pagos aos servidores atingiu o montante de Cr\$ 4,5 milhões, enquanto os encargos sociais se elevaram a Cr\$ 2,8 milhões. No mesmo período, o ICM recolhido ao Estado somou perto de Cr\$ 3,5 milhões. Nos períodos de safra, a folha de pagamento semanal da Usina (entre fornecedores, transportes, impostos, salários e obrigações sociais) ascende a Cr\$ 1 milhão.

É mantido pela empresa um serviço de assistência social junto às famílias residentes na vila operária, a cargo de religiosas da Ordem da Divina Providência, sendo custeada a manutenção de escola para filhos de operários, com matrícula superior a 200 alunos.

E o Grupo Tavares de Melo ainda possui, além da **Usina Estivas S. A.**, a **Usina Central Olho D'Água S. A.**, de Pernambuco (um milhão de sacos de açúcar), as **Indústrias Alimentícias Maguary S. A.**, de Pernambuco (sorvetes, sucos e frutas em conserva), a **GIASA — Grã-mame Industrial e Agrícola S. A.**,

da Paraíba (distilaria de álcool anidro) e a **Maguary Processamento de Dados Ltda.**, de Pernambuco — serviços de computação eletrônica, que serve às empresas do grupo e a particulares.

COMPENSADO

218.362.677

307.208.134

CONTINGÊNCIAS (Nota 7)

COMPENSADO

218.362.677

307.208.134

FRANCISCO NEVES OLIVEIRA
 Chefe da Divisão Financeira
 Contador-Reg. CRC-RN — 1703
 C.P.F. n.º 037.898.374

LUCIANO BEZERRA DE MELLO
 Presidente
 C.P.F. n.º 003355684

ISRAEL DE OLIVEIRA
 Diretor Administrativo Financeiro
 C.P.F. n.º 001.072.207

OSVALDO FORTES DO REGO
 Diretor Técnico
 C.P.F. n.º 000.660.604

Demonstração da Conta de Lucros e Perdas do exercício findo em 31 de dezembro de 1974

RENDAS DE OPERAÇÃO

Serviço local
 Serviço interurbano e internacional
 Outras rendas operacionais

Cr\$

10.568.468

8.250.164

870.554

Cr\$

18.389.188

DESPESAS DE OPERAÇÃO (incluem Cr\$ 5.361.637 de depreciação)

10.308.216

Lucro bruto

9.080.976

OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÃO

Administração Geral
 Serviços Gerais
 Devedores Duvidosos

3.541.188

1.913.990

130.632

6.575.788

Lucro operacional

3.508.188

RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

1.084.663

Lucro líquido antes de outros encargos

4.590.081

OUTROS ENCARGOS

Manutenção de Capital de giro (Nota 5)
 Imposto de Renda (Nota 5)

1.128.806

179.844

1.303.430

Lucro líquido do exercício (Quadro III)

3.286.601

FRANCISCO NEVES OLIVEIRA
 Chefe da Divisão Financeira
 Contador-Reg. CRC-RN — 1703
 C.P.F. n.º 037.898.374

LUCIANO BEZERRA DE MELLO
 Presidente

C.P.F. n.º 003355684

ISRAEL DE OLIVEIRA
 Diretor Administrativo Financeiro

C.P.F. n.º 001.072.207

OSVALDO FORTES DO REGO
 Diretor Técnico

C.P.F. n.º 000.660.604

Telecomunicações do Rio Grande do Norte S.A. - TELERN

(Empresa do Grupo Telebrás)

CGC 08408254/0001 - 55

Demonstração do movimento nas contas do não exigível — exercício findo em 31 de dezembro de 1974

	Capital Social	Créditos de Acionistas para Aumento de Capital	Doações Vinculadas	Reservas e Créditos P/Futuro Aumento de Capital				Total	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados
				Créditos de Promitentes Usuários	Juros Sobre Obras em Andamento	Manutenção do Capital de Giro	Outras Reservas e Créditos			
Saldo no início do exercício	38.223.850	100	33.597		2.836.867		21.352	2.858.039		(1.837.194)
Transferência para acerto de contas (Nota 4) ..	(7.710.252)	100)		7.710.352				7.710.352		
Integralização de capital	8.900.850									
Adiantamentos da TELEBRAS		19.400.000								
Reajustamento monetários e cambiais (Nota 3)		2.729.099								
Valor correspondente as parcelas contratuais liquidadas				2.863.580				2.863.580		
Correção monetária do imobilizado										1.285.920
Juros sobre mobilizações em curso					321.106			321.106		
Imóveis recebidos em doação			13.000							
Aumento de Capital:										
19 de março de 1974	140.919									
30 de novembro de 1974	8.487.648			(3.650.961)	(2.836.867)			(6.487.648)		
31 de dezembro de 1974	19.400.000	(19.400.000)								
Agio correspondente a diferença entre o valor patrimonial e o valor nominal das ações quando da capitalização de crédito de promitentes usuários				88.576			88.576			
Ajustes de exercícios anteriores										(271.096)
Efeitos da inflação sobre o capital de giro (Nota 5)						1.128.906		1.128.906		
Lucro líquido do exercício										3.288.801
(Quadro II)										(227.613)
Dividendo proposto									155.806	(185.806)
Apropriação do lucro										
	63.443.015	2.729.099	46.597	6.624.385	321.106	1.128.806	119.928	6.392.238	165.606	2.050.912

FRANCISCO NEVES OLIVEIRA
Chefe da Divisão Financeira
Contador-Reg. CRC-RN — 1703
C.P.F. n.º 027.988.374

LUCIANO BEZERRA DE MELLO
Presidente
C.P.F. n.º 009989894

ISRAEL DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo Financeiro
C.P.F. n.º 001.073.207

OSVALDO FORTES DO REGO
Diretor Técnico
C.P.F. n.º 000.990.904

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

NOTA 1 — PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Os principais princípios e procedimentos contábeis adotados pela TELERN na preparação das demonstrações financeiras anexas, estão resumidos assim:

mitentes usuários é registrado na conta Devedores por auto-financiamento no ativo, em contrapartida com a conta Promitentes usuários no passivo. A medida em que vão sendo liquidadas as parcelas contratuais, é procedida a transferência do valor equivalente às

com diversos fornecedores. O aporte de recursos para essa implantação, está previsto com a participação de promitentes usuários e da acionista majoritária TELEBRAS. Até 31 de dezembro de 1974 foram incorridos custos da ordem de Cr\$ 9.800.000, na forma de

contratos, foi procedido um levantamento da conta de capital e efetuada a transferência do montante correspondente àquelas para a conta de créditos de promitentes usuários, a fim de ser incorporado ao capital social, após a liquidação total do valor contratado.

a) Apresentação das contas —
Ativos realizáveis e passivos exigíveis até 180 dias estão apresentados como a curto prazo.

b) Imobilizado —

Demonstrado ao custo de aquisição ou de construção mais correção monetária compulsória anual com base em coeficientes oficiais que refletem a correção dos valores monetários até o ano precedente. O produto da correção monetária é destinado a uma conta do não exigível para posterior utilização. A depreciação sobre custo e correção monetária é computada pelo método linear e incluída nas despesas operacionais. As taxas são as determinadas pelo Ministério das Comunicações e levam em conta as estimativas de vida útil-econômica dos bens.

Sobre o valor das obras em andamento são calculados juros anuais de 12% os quais são acrescidos ao custo das obras e, em contrapartida, incorporados ao patrimônio líquido.

c) Títulos negociáveis vinculados ao mercado aberto —

Demonstrados pelo valor efetivo de custo das aplicações feitas.

d) Provisão para devedores duvidosos —
Construída pelo limite máximo permitido pela legislação do imposto de renda, cujo montante é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas que possam decorrer da realização das contas a receber de assinantes.

e) Almoxarifado —

Demonstrado ao custo médio de aquisição, o qual não excede o custo de reposição ou o valor de realização.

f) Promitentes usuários —

O valor dos contratos assinados com os pro-

mesmas para a conta de créditos de promitentes usuários, no não exigível, para futuro aproveitamento em aumento do capital social.

NOTA 2 — MUDANÇA DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

a) Nos termos de recente legislação tributária, a correção monetária anual do ativo imobilizado

está sujeita a nova sistemática de cálculo. A observância da nova legislação tributária revelou uma insuficiência de depreciação sobre a correção monetária de anos anteriores, de Cr\$ 1.316.485. Esse montante foi diferido para amortização contra os resultados a partir de 1975.

b) Nos termos do Decreto n. 74.492, a companhia passou a constituir a depreciação sobre o imobilizado de forma acelerada. Como consequência, a depreciação do exercício foi acrescida da importância de Cr\$ 2.677.029.

NOTA 3 — IMOBILIZADO —

a) A correção monetária do exercício resultou num líquido de Cr\$ 1.255.920, o qual foi totalmente utilizado para absorver parte dos prejuízos acumulados.

b) As obras referentes a ampliação da rede telefônica urbana de Natal foram concluídas no decorrer do exercício, tendo o valor correspondente ao custo dessas obras, Cr\$ 3.500.000, sido transferido para as contas definitivas do imobilizado.

c) Contratos para a implantação e ampliação (25.006 terminais) de serviços telefônicos urbanos em 23 (vinte e três) cidades do Estado do Rio Grande do Norte, num total de Cr\$ 113.600.000 foram firmados pela companhia

adiantamentos a iorcedores.

d) No saldo da conta de correção monetária está incluída a importância de Cr\$ 2.729.099 proveniente de reajustamentos monetários do adiantamento recebido da EMBRATEL, como financiamento de parte de projetos de expansão anteriores.

De acordo com contrato firmado, está prevista a transformação do valor do adiantamento e respectivos encargos financeiros em participação acionária da EMBRATEL na companhia, após 150 dias da data de conclusão das obras.

A título de antecipação, o valor do adiantamento (Cr\$ 4.800.000) foi incorporado ao capital da companhia em 1973. A parcela adicional será capitalizada em 1975.

NOTA 4 — CAPITAL SOCIAL

a) O capital subscrito está constituído de . . . 63.443.015 ações do valor unitário nominal de

Cr\$ 1,00 sendo 59.651.135 ações ordinárias nominativas e 3.791.880 ações preferenciais nominativas, endossáveis, com dividendos não cumulativos de 6% ao ano e sem direito a voto.

b) Foi procedida no exercício a incorporação do acervo da Companhia Municipal de Serviços Telefônicos — SERTEL, da qual a companhia era acionista majoritária, resultando em um aumento de capital de Cr\$ 140.919 correspondente à participação dos acionistas minoritários.

c) Tendo em vista haver sido procedida em exercícios anteriores a capitalização de créditos correspondentes ao valor das parcelas contratuais liquidadas pelos promitentes usuários, independentemente da liquidação total dos

NOTA 5 — IMPOSTO DE RENDA

a) A companhia, sendo uma concessionária de serviço público de telecomunicações, a partir de 1974 e até o exercício de 1979, está sujeita à tributação de imposto de renda na base de 6%. No exercício anterior essa tributação era da ordem de 17%.

b) De acordo com a sistemática introduzida por recente legislação, foi registrada a manutenção do capital de giro próprio, correspondente aos efeitos da inflação sobre os resultados do exercício, cujo montante positivo de Cr\$ 1.126.806 foi creditado em conta específica para futuro aumento de capital.

NOTA 6 — OBRIGAÇÕES A PAGAR

Correspondente ao saldo devido à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, como parte das obrigações assumidas pela companhia, em outubro de 1968, em decorrência de aquisição do acervo dos bens integrantes dos serviços telefônicos explorados pela extinta Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil — CFLNB.

O parcelamento da dívida compreende duas séries de pagamentos semestrais e sucessivas, vencidas até 30 de junho de 1988. Sobre os saldos devedores vencem juros de 6% e 6,5% ao ano e ajuste cambial, desde que a dívida tem como base dólares norte-americanos.

NOTA 7 — CONTINGÊNCIAS

a) As declarações de imposto de renda dos últimos cinco anos permanecem sujeitas à revisão final por parte das autoridades fiscais.

b) Indenizações trabalhistas são devidas a empregados quando demitidos sem justa causa. A partir de 1967, vem sendo constituído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a fim de fazer face a parte dos encargos decorrentes desse passivo contingente. O valor das indenizações pagas em excesso ao fundo constituído, está sendo absorvido nos resultados dos exercícios.

PARECER DA AUDITORIA DOS AUDITORES

Examinamos o balanço geral da Telecomunicações do Rio Grande do Norte S.A. — TELERN levantado em 31 de dezembro de 1974 e as correspondentes demonstrações da conta de lucros e perdas e do movimento nas contas do não exigível, do exercício findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos teóricos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Somos de parecer que o referido balanço geral e as correspondentes demonstrações da conta de lucros e perdas e do movimento nas contas do não exigível são fidedignas demonstrações da posição financeira da Telecomunicações do Rio Grande do Norte S.A. — TELERN em 31 de dezembro de 1974 e do resultado das operações do exercício de con-

formidade com princípios contábeis geralmente adotados e em obediência aos dispositivos da legislação referente às companhias de telecomunicações, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior, com exceção das mudanças descritas na Nota 2 sobre as demonstrações financeiras. Natal, 24 de janeiro de 1975.

PRICE WATERHOUSE PEAT & Co.
CRC-SP-160-"S"-RN

Contador Responsável
MOACYR SAMPAIO BASTOS
CRC-5257-PE-"S"-RN.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros efetivos do Conselho Fiscal da TELECOMUNICAÇÕES DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. — TELERN, ao final assinados, após verificarem detalhadamente o Balanço Geral, a Demonstração da Conta Lucros & Perdas, a Demonstração do Movimento nas Contas do não Exigível, Notas Explicativas que acompanham essas peças contábeis, referentes ao exercício de 1974, examinada pelos auditores Price Waterhouse Peat & Co. e tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e exatidão são de parecer que as ditas contas sejam aprovadas pelos Senhores Acionistas.

Natal, 20 de fevereiro de 1975.

Rui Alves dos Santos
Ozório Bezerra Dantas
Adilson Dantas

Computadores do COMPERN ajudam Estado a se desenvolver

O Compern, pela diversificação de serviços, já coloca o RN num dos primeiros lugares, na região, em matéria de computadores.

Se apenas só ocasionalmente e com muita dificuldade o Rio Grande do Norte consegue recordes expressivos, em qualquer campo de atividade, resta-nos o sabor de uma conquista recente, no campo tecnológico mais discutido e disputado da atualidade: o da computação. Em janeiro último, o Centro de Computação do Rio Grande do Norte (COMPERN), órgão surgido de um convênio tripartite entre o Governo do Estado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) — divulgou o resultado do Vestibular da UFRN apenas 20 horas após haver recibo os cartões perfurados pelos vestibulandos. Foi um recorde nacional. Os computadores receberam a papelada ao meio-dia e às 20 horas, através das emissoras de rádio, a alegria e a tristeza chegavam a muitos lares natalenses e do Estado.

Essa prova de eficiência é apenas uma das facetas técnicas do COMPERN, cujo pessoal especializado, todo com mestrado em suas áreas de atuação, está em condições até de modificar os sistemas de operação dos computadores, quando for o caso.

O COMPERN foi, também, o primeiro sistema de computação implantado no Rio Grande do Norte, sendo considerado pelo engenheiro Adauto Motta, seu diretor, "a célula mãe de todo o pessoal especializado que hoje opera com computadores no Estado, possuindo atualmente a melhor e mais garbada equipe de operadores".

Nascido de uma máquina B.500, que Adauto Motta chama de "o cavalo de batalha que se prestou para uma infinidade de serviços", o Centro já excluiu a sua operacionalidade para uma B-3.500 — máquina mais sofisticada, que possi-

bilita, inclusive, a consecução de teleprocessamento e multiprocessamento, ou seja: a operação da máquina, à distância, obtendo-se os mesmos resultados da operação local e a operação simultânea de vários programas.



Adauto Motta mostra como o Compern ajuda o Estado

Na sua sede, um moderno prédio do Campus Universitário da UFRN, o COMPERN, hoje, diversifica uma ação que já situa o nosso Estado num dos primeiros lugares, na Região, em matéria de computação. E de suas salas saíram técnicos que, hoje, atuam em outros setores, na sua especialização, ampliando o que poderíamos chamar de parque de computação do RN, que cresce com a implantação de novas empresas especializadas

ou com a instalação de máquinas em empresas privadas.

Atualmente, o COMPERN presta serviços a toda administração, direta e indireta, do Estado, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao Instituto de Pesquisas Espaciais e a empresas particulares que buscam modernos processos de controle e administração. Com relação ao Governo estadual, diz o engenheiro Adauto Motta que este, na condição de conveniente para a criação do Centro, determinou, através de decreto, que nenhum órgão administrativo poderá fazer qualquer serviço de computação de dados, sem antes consultar o COMPERN, através da Secretaria de Estado de Planejamento. Decorridos quatro anos de sua implantação (começou a funcionar em setembro de 1970) o Centro, hoje, atende realmente a diversos órgãos estaduais, estando sempre ampliando esse atendimento, seja na prestação de novos serviços aos já contratados ou no atendimento de outras repartições.

EQUIPAMENTOS DA COMPUTAÇÃO

A primeira configuração adotada pelo COMPERN foi o resultado do sistema básico B-500 com algumas ampliações, que tinha como características básicas: a) capacidade para multiprocessar programas independentes; b) vários recursos para comunicações de dados e processamento on-line; c) múltiplas facilidades nos contatos homem-máquina, que resultem em rapidez de programação; d) disponibilidade de sistemas operacionais automáticos, para auto-regulagem. Esse sistema inicial dispunha da unidade central de Processamento B-500 e mais: Console Printer-9341, Quádruplo

de fita magnética Cluster, Unidade de Discos Magnéticos, Impressora com capacidade de 1040 L.P.M., Leitora de Cartões para leitura de 1100 C.P.M., Punch, Leitora de fita de papel.

O segundo sistema, já em funcionamento, é um B-3.500 com configuração para um sistema amplo de arquivamento, através das seguintes máquinas: Processador Central 3.501; Ponto flutuante 3730, Módulos de 20 KB 3002, Módulos de 30 KB 3003, SPO (Console Printer) 9310, Leitora de 800 cartões/minuto — 9111-1, Controle para a leitora 3110, Impressora de 1100 lpm 9243-1, Controle para a impressora 3242, Controle para a leitora de fita 3120, Unidade eletrônica 9371-1, Unidade de Armazenamento 30 MB — 9372, Controle para disco 3373, Cluster de fitas magnéticas 9381, Controle para Cluster 3381, System Memory 9370-2, Controle para system memory 3371, Leitora de fita de papel 9121, Unidade de fita magnética de 9 canais. Existe, ainda, um sistema de Data Entry, composto por uma Perfuradora de cartões (três unidades), uma conferidora de cartões (duas) e unidade de fita magnética (três).

O B-3.500 está instalado no mesmo prédio do B-500, contando com sistema industrial de climatização, totalizando 27,5 toneladas de refrigeração, todo montado em piso suspenso e dispendo de 85 KVA regulados automaticamente.

SERVIÇOS PRESTADOS

O COMPERN atualmente executa os seguintes serviços, dentre outros:

Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Folhas de pagamento, emissão de FGTS, correção de provas do Vestibular, emissão de declaração de rendimentos, Estatísticas.

Governo do Estado — Companhia de Águas e Esgotos: folha de pagamento e emissão de contas de resumo — Departamento Estadual de Estatística: Estatística escolar do Estado — Prefeitura Municipal do Natal: folhas de pagamento de pessoal, emissão de recibos do Imposto Predial, Controle de liquidação do Imposto Predial — Secretaria de Administração: Folhas de pagamento, emissão de declaração de rendimentos — COHAB, Companhia de Habitação Popular — emissão de recibos, controle dos mutuários — IPREVINAT, Instituto de Previdência do Município do Natal: folha de pagamento de pessoal e pensionistas, folha de indenização médica.

Instituto de Pesquisas Espaciais: avaliação de seguimento diário do Projeto Saci, processamento dos testes de aplicação, processamento de dados de lançamento de foguetes.

Particulares: APERN, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte: conta corrente, Juros e correções monetárias trimestrais — Centro de Adestramento, Treinamento e Recompimento das Equipagens (CATRE): cadastramento de pessoal civil e militar — BEMFAM, Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar: controle de planejamento familiar.

Na Universidade também já está implantado o controle de estoque, o controle acadêmico, o controle de patrimônio e o controle orçamentário. Para o Governo do Es-

tado: na COSERN, a emissão de contas de consumo, a folha de pagamento. Na CIMPARN, o controle de 200 tratores (operacional, manutenção e produção). No DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito), o controle de licença, controle de habilitação, controle de multas. Banco do Rio Grande do Norte: Contas correntes de três agências. Secretaria de Agricultura: Controle de 300 tratores (operacional, manutenção e produção) — Secretaria de Administração: Cadastro dos funcionários. No Instituto de Pesquisas Espaciais, será implantada a correção dos dados dos lançamentos de foguetes no Campo da Barreira do Inferno.

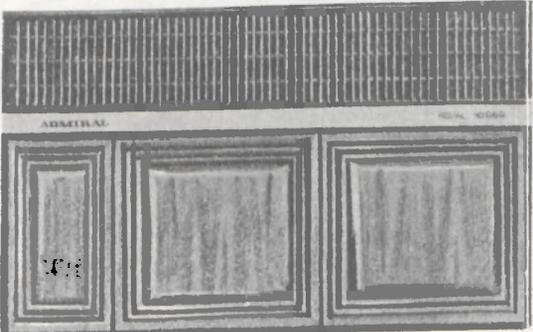
No programa de execução orçamentária para o Governo do Estado, em implantação, o COMPERN vai implantar um sistema de operação ímpar no Brasil: o terminal que dará condições aos diversos órgãos do governo de fazer consultas a qualquer momento, sobre a situação de quaisquer fundos, em suas várias rubricas.

Proprietário de carro não precisará mais ir ao Detran para renovar licença. O computador cuidará de tudo.

O DETRAN, no próximo ano, com os serviços de computação completados, vai proporcionar a total racionalidade de seus serviços. Por exemplo: o proprietário de veículo receberá em casa toda a documentação respectiva, pronta para pagar em banco.

Springer Admiral

O MELHOR CONDICIONADOR DE AR FABRICADO NO BRASIL



ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE FÁBRICA
Avenida Duque de Caxias, 59/61
Telefones 2-4701 - 2-2697
Natal-Rio Grande do Norte

Soriedem S.A. Confecções

C.G.C.M.F. - 08 398 489/001-03

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Apresentamos aos Srs. Acionistas o Relatório, Balanço Geral e demais informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1974

I **VENDAS** — As vendas deste exercício atingiram o montante de Cr\$ 51.418.735, com um incremento de 83% sobre as do ano de 1973 e de 236% sobre as de 1972.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS

Ano	Vendas (Cr\$ 1.000)	Índice	Incrementos
1972	15.304.320	100	
1973	28.148.368	184	84%
1974	51.418.735	336	83%

II **LUCRO** — O lucro líquido após o imposto de renda foi de Cr\$ 6.413.843 representando 58% do capital médio e 67% sobre o capital no início do exercício. A rentabilidade foi a maior dos três últimos anos, verificando-se uma tendência ascensional bastante acentuada.

EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE

Ano	Lucro líquido (Cr\$ 1.000)	Capital médio (Cr\$ 1.000)	Rentabilidade
1972	1.646.945	4.720.102	35%
1973	3.191.365	7.583.118	43%
1974	6.413.843	11.015.060	58%

III **PATRIMÔNIO** — Em 31 de dezembro o patrimônio líquido da empresa imperativa em Cr\$ 22.704.336 que comparado com os dois exercícios anteriores mostra uma evolução rápida, sem prejuízo do crescimento da rentabilidade no período aqui analisado (Quadro II).

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

Ano	Patrimônio (Cr\$ 1.000)	Índice	Incrementos
1972	8.164.018	100	
1973	13.030.286	160	60%
1974	22.704.336	279	75%

IV INDICES ECONOMICOS-FINANCEIROS

Retorno do investimento	— 2,44 anos ou aproximadamente 2 anos e cinco meses
Coefficiente de imobilizações	— 31%
Liquidez corrente	— 2,66
Liquidez geral	— 1,90
Liquidez seco	— 1,40

Os índices acima indicam a V. Ssa. a boa situação em que se encontra a empresa. As Inversões estão retornando num período curto e as imobilizações técnicas representam somente 31% do patrimônio. Quanto a liquidez os índices espalham uma posição bastante satisfatória.

Os resultados aqui expostos não poderiam ter sido obtidos sem a colaboração do Governo do Estado, SUDENE, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, além de outros órgãos vinculados à política governamental. Outrossim, ressaltamos a cooperação dos nossos funcionários, sem a qual nosso objetivo não teria sido alcançado no tempo em que estamos agradecendo aos nossos clientes pela preferência com que distinguiram os nossos produtos.

A Diretoria, julgando ter prestado a V. Ssa. as informações suficientes para a apreciação dos documentos submetidos à sua consideração, apresenta os seus agradecimentos ao mesmo tempo em que informa sua disposição, em propor a assembleia de acionistas, a exemplo de anos anteriores, a levar a fôro para aumento de capital, o lucro à sua disposição.

Natal, 30 de Janeiro de 1975

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS
— Diretor-Presidente —

EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Superintendente

JEFFERSON CORREIA DE AQUINO
— Diretor-Industrial —

GENIVAL DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Comercial

JOAO BATISTA DE MELO
Diretor-Administrativo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974 (Nota 1)

ATIVO		PASSIVO	
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
DISPONIVEL			
Bens numerários	15.000		
Depósitos bancários a vista	2.183.069	2.168.069	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO			
Contas a receber de clientes	33.891.697		
(-) Provisões descontadas	20.737.819		
(-) Provisão para devedores duvidosos	1.016.751		
Depósitos de incentivos fiscais pendentes de liberação	12.117.527		
Depósitos vinculados a operações financeiras	560.089		
Contas correntes a receber	1.367.841		
Outras contas a receber	115.697		
Estoque (Nota 2)	14.874.604	20.290.494	
Total ativo circulante		31.458.593	
IMOBILIZADO			
Imobilizações técnicas (Nota 3)	7.147.844		
Imobilizações financeiras	178.531	7.326.375	
DIFERIDO			
Despesa de implantação (menos amortização de 10% ao ano — Cr\$ 326.728)	362.199	496.937	
Despesas diferidas	134.738		
		39.281.705	
EXIGIVEL A CURTO PRAZO			
Fornecedores		8.384.439	
Empréstimos bancários (Nota 4)		1.292.920	
Imposto a pagar		1.921.834	
Diversas contas a pagar		191.982	
Total passivo circulante		12.791.175	
EXIGIVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos bancários (Nota 4)		3.926.670	
Créditos por investimentos (Nota 5)		789.644	4.716.314
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Quadro III)			
Capital autorizado — Cr\$ 30.000.000			
Subscrito e integralizado (Nota 6)		15.413.827	
Reservas para aumento de capital			
Correção monetária das imobilizações técnicas (Nota 3)		280.665	
Reinvestimento — Decreto 55.254/64		122.469	
Isenção de imposto de renda — Decreto 64.214/69		681.636	
Mantimento do capital de giro		2.163.348	
Incentivos fiscais — Decreto 6.311/74		1.246.787	
Reserva legal		454.551	
Lucros acumulados		2.026.043	
		22.704.336	
		39.281.705	

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Presidente

EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Superintendente

JEFFERSON CORREIA DE AQUINO
Diretor-Industrial

GENIVAL DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Comercial

JOAO BATISTA DE MELO
Diretor-Administrativo
Téc. Cont. — CRC—RN 460

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974 (Nota 1)

	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
VENDAS		51.418.735		
menos — imposto sobre produtos industrializados e devoluções de vendas		5.384.351		
VENDAS LÍQUIDAS		46.034.384		
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (inclui Cr\$ 976.778 de depreciação)		36.681.530		
LUCRO BRUTO		19.352.794		
DESPESAS OPERACIONAIS				
Administrativas	3.277.008			
Vendas	6.192.723			
Financeiras	4.548.380			
Provisão para devedores duvidosos	1.016.751			
Depreciação	87.358	13.682.115		
LUCRO OPERACIONAL		5.660.679		
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)				
Financeiras		384.474		
Reversão de provisões		122.469		
Amortização de despesas de implantação		(111.248)		
Incentivos fiscais — Decreto 6.311/74		1.246.787		
Despesas		(205.922)		
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		7.098.179		
IMPOSTO DE RENDA				
			681.636	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (Quadro III)			6.413.543	

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Presidente

EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Superintendente

JEFFERSON CORREIA DE AQUINO
Diretor-Industrial

GENIVAL DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Comercial

JOAO BATISTA DE MELO
Diretor-Administrativo
Téc. Cont. — CRC—RN 460

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

(Expressa em cruzeiros)

	Capital	Correção Monetária das Imobilizações técnicas	Reinvestimento Decreto 83.354/84	Reservas para aumento de capital				Reserva legal	Lucros acumulados
				Injeção de imposto de renda Dec. 84.214/80	Manutenção de capital de giro	Resolução 1.182 SUDENE	Incentivos fiscais Decreto 6.311/74		
Saldo no início do exercício	9.618.380			478.715	549.032	94.186	308.022	278.211	1.717.700
Correção monetária do exercício (Nota 3)		260.663							
Reversão de reservas constituídas no exercício anterior							(308.022)		
Aumento de capital									
Em dinheiro e bens	3.358.814			(478.715)	(549.032)	(94.186)			(1.717.700)
Apropriação de reservas e lucros acumulados	2.836.813								6.413.543
Lucro líquido do exercício									6.413.543
Apropriações do lucro			122.409	681.636	2.182.388		1.244.787	178.280	(4.388.800)
Saldo no fim do exercício	15.813.887	260.663	122.409	681.636	2.182.388		1.244.787	454.551	2.024.043

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Presidente

GENIVAL DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Comercial

EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS
Diretor-Superintendente

JEFFERSON CORREIA DE AQUINO
Diretor-Industrial

JOÃO BATISTA DE MELO
Diretor-Administrativo
Téc. Cont. — CRC—RN. 460

NOTAS DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

NOTA 1 — DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os principais princípios e diretrizes contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras estão a seguir resumido:

- Apresentação das contas —**
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a 180 dias estão demonstrados a curto prazo.
- Provisão para devedores duvidosos —**
Constituída pelo limite máximo permitido pela legislação do imposto de renda, cujo montante é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas que possam decorrer da realização das contas a receber de clientes.
- Depósitos de incentivos fiscais pendentes de liberação —**
Nos termos do Decreto n. 8.311/74 e da Companhia goza, até o exercício de 1978, de redução de 90% do imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) a pagar. O montante em conta bancária vinculada demonstrada no ativo realizável e, em contrapartida, considerado como receita do exercício.
- Estoques —**
São demonstrados ao custo médio de compra ou produção, que não excede o custo de reposição ou o valor de realização.
- Imobilizações técnicas —**
São demonstradas ao custo de compra ou construção mais correção monetária computada anualmente com base em coeficientes de inflação que refletem a correção de valores monetários até o ano precedente. As aquisições efetuadas nesse fim, são consideradas como aquisições até o ano precedente. As aquisições efetuadas nesse fim, são consideradas como aquisições até o ano precedente. O produto da correção monetária é lícito e utilizado em aumento de capital.
A depreciação sobre o custo e correção monetária é computada pelo método linear e absorvida no custo de produção ou diretamente nos resultados. As taxas utilizadas levam em conta as estimativas de vida útil-econômica dos bens.
- Imobilizações financeiras —**
São demonstradas ao custo de aquisição.
- Isenção de imposto de renda — Decreto 84.214/80 —**
Nos termos do Decreto n. 84.214/80 a Companhia goza até 1978 da redução de 50% do imposto de renda devendo, todavia, constituir um fundo pelo valor equivalente ao imposto de renda devido, a ser utilizado em aumento de capital. Do valor do imposto devido, a Companhia pode ainda deduzir 25% para aplicação sob a forma de investimento consoante a legislação de incentivos fiscais em vigor.

NOTA 2 — ESTOQUES

	Cz\$
Produtos acabados	3.877.831
Produtos em elaboração	1.838.002
Matérias primas	6.883.479
Materiais diversos	2.495.294
	14.874.806

Estoques de produtos acabados no montante de Cz\$ 1.237.121 encontram-se penhados como garantia da liquidação dos empréstimos bancários.

NOTA 3 — IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS

	Custo Cz\$	Correção monetária Cz\$	Total Cz\$
Imóveis	3.683.356	77.412	3.860.668
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.860.461	352.965	3.013.426
Instalações	685.847	74.181	770.128
Móveis e utensílios	617.828	51.584	669.512
	7.577.592	556.152	8.133.744
Depreciação acumulada	804.734	223.383	1.028.117
	6.772.858	332.769	7.105.627
Obra em andamento	25.108		25.108
Adiantamentos a fornecedores	16.921		16.921
	6.814.885	332.769	7.147.654

A correção monetária do exercício foi procedida nos termos da recente legislação tributária, tendo resultado num aumento líquido de Cz\$ 260.663 os quais foram mantidos em conta específica para futuro aproveitamento.

A observância da nova legislação tributária revelou uma ineficiência de depreciação sobre a correção monetária de anos anteriores de Cz\$ 83.116 os quais foram diferidos para posterior amortização contra os resultados a partir de 1975.

Bens do imobilizado técnico no valor de Cz\$ 3.966.018 acham-se hipotecados em garantia de empréstimos.

NOTA 4 — EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Empréstimos obtidos nos termos da Resolução n. 285 do Banco Central do Brasil, bem como financiamentos por meio de cédulas de crédito industrial. Vencimentos até junho de 1978. Os empréstimos vencem juros que variam de 12% até 31% ao ano, mais comissões de 0,5% até 3,6% ao ano.

As garantias relacionadas com os empréstimos estão mencionadas nas notas 2 e 3.

NOTA 5 — CREDORES POR INVESTIMENTO

Investimentos efetuados nos termos do Artigo 13 do Decreto n. 55.334/84. Vencem juros de 12% ao ano e serão resgatáveis em prestações anuais não inferiores a 20% do principal, após cinco anos contados da data em que a JUIZ da SUDENE o empreendimento alcançar a fase normal de funcionamento.

NOTA 6 — CAPITAL

O capital subscrito e integralizado está constituído de 15.813.887 ações do valor nominal de Cz\$ 1 cada, como segue:

Ordinárias, nominativas endossáveis	10.229.713
Preferenciais — Classe A	
Nominativas, intransferíveis pelo prazo de cinco anos, contados da data em que, a JUIZ da SUDENE, o projeto alcançar a fase de funcionamento normal. Sem direito a voto e com dividendo fixo não cumulativo, de 12% ao ano	4.638.154
Preferenciais — Classe B	
Nominativas, sem direito a voto, com dividendo fixo, não cumulativo, de 12% ao ano	945.990
	15.813.857

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da SORIEDEM S/A — CONFECÇÕES, abaixo assinados, tendo procedido ao exame dos demonstrativos financeiros e de todos os documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1974 e constatando sua regularidade, são de parecer que o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Demonstração da Movimentação das Contas do Patrimônio Líquido, referentes ao período acima citado, representam com fidelidade o movimento dos negócios sociais, merecendo assim a aprovação da Assembleia Geral.

Natal, 03 de fevereiro de 1975.

Antônio de Vasconcelos Galvão

Elder Furtado de Mendonça e Meneses

João Barbosa de Farias.

PRICE WATERHOUSE PEAT & CO.
Ilmo. Srs. Diretores
Soriedem S.A. Confecções

28 de fevereiro de 1975

Somos de parecer que o balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações de resultados e da movimentação das contas do patrimônio líquido são fidedignas demonstrações de posição financeira da Soriedem S.A. Confecções em 31 de dezembro de 1974 e do resultado das operações do exercício findo nessa mesma data, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior. Efetuamos o exame do referido balanço patrimonial e das correspondentes demonstrações de resultados e da movimentação das contas do patrimônio líquido consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

PRICE WATERHOUSE
RC—SP—160—S—RN

Contador Responsável
CARLOS DE SOUZA CARVALHO
CRC—RS—9314—S—RN



Estado, o grande empregador

Numa região onde a iniciativa privada ainda não é capaz, sozinha, de atender à demanda de mão-de-obra, cabe ao Estado desempenhar um papel que nem sempre é entendido e aceito por algumas correntes políticas: o de empregador. Naturalmente que essa tarefa não deve ser cumprida sem planejamento e exclusivamente com intenções paternalistas, fazendo-se das repartições públicas e das entidades da administração indireta verdadeiros "cabides de empregos".

Ninguém pode negar que a economia do Rio Grande do Norte vive em função do número de servidores públicos federais, estaduais e municipais. Subtraía-se a soma de recursos que, por exemplo, carregam para Natal as unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e, sem dúvida alguma, nosso comércio entraria em crise; deixasse o Estado de pagar os seus 25 mil funcionários e ocorreria o caos econômico em nossa sociedade, pois essa massa de trabalhadores não teria alternativas de emprego em nosso meio. Estimam alguns economistas que cerca de 50% da população ativa de Natal presta serviços a órgãos públicos e que essa realidade não poderá mudar a curto prazo, uma vez que a afluência de grandes empreendimentos privados é lenta e incerta.

A cada dia que passa, cresce o contingente de pessoas que, atingindo a idade de trabalhar, sai às ruas à cata de oportunidade. De cada 5 jovens com mais de 18 anos, apenas um consegue emprego estável. O nível de instrução dessa geração nova à procura de emprego deixa muito a desejar. São poucos os jovens com profissão definida e com capacitação técnica. E nem para esses há futuro assegurado dentro do Estado. O que se tem visto é, por exemplo, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte formar técnicos especializados e entregá-los, aptos para o trabalho, a empresas do centro-sul.

Se as empresas não podem absorver a nossa mão-de-obra, qualificada ou não, a única instituição à altura de sanar o problema é o governo do Estado. Com imaginação e trabalho, grandes projetos podem ser elaborados, financiados e implantados pelo poder público, gerando milhares de empregos na cidade ou nos campos. Organismos nacionais e internacionais estão prontos a aplicar dinheiro em programas de promoção social e humana, especialmente em regiões pobres e subdesenvolvidas como o Nordeste, desde que tais programas mereçam fé e demonstrem viabilidade. Aí está um projeto — que alguns consideram megalomaniaco, mal executado, etc. — carregando para o Rio Grande do Norte muitos milhões de cruzeiros e de dólares, a fundo perdido, e garantindo trabalho para milhares de homens na lavoura, na construção civil, na operação de máquinas, na burocracia. Trata-se das Vilas Rurais. Por que outros grandes projetos não podem ser idealizados? Por que não pode o Estado continuar obtendo lá fora mais recursos a fundo perdido para dividir com a nossa gente que anseia por empregos e por salários? Por que, ao invés de se imaginar meios de demitir os excedentes de pessoal nas repartições, não se imaginam fórmulas de aproveitá-los em tarefas novas?

Marcos Aurélio de Sá

CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI



Não é apenas um slogan. É uma maneira de ser.
Inspirar confiança no cliente é o nosso principal objetivo. Por isso
para servi-lo melhor, com mais segurança,
mudamos para uma nova loja. Mais ampla...
melhores condições de atendimento... estacionamento
próprio... Pensando em você, fizemos tudo
para que a antiga confiança seja sempre
redobrada. Esperamos sua visita.



**QUEIROZ OLIVEIRA,
FERRO-MADEIRA S.A.**

~ AV. RIO BRANCO, 185 - PABX: 22056 - RIBEIRA -

**Você sempre ouviu
falar da revista.
Agora, vai começar
a ouvir falar da Gráfica
RN-ECONÔMICO!**



RN-ECONÔMICO possui a maior e mais moderna indústria gráfica do Rio Grande do Norte. A sua especialidade são os serviços de alta qualidade, a cores ou não, pelos processos de impressão OFF SET ou tipográfico. Uma oficina com mais de 600 metros quadrados, equipada com dezenas de máquinas, está à disposição da sua empresa, atendendo grandes ou pequenas encomendas pelo melhor preço.

GRAFICA RN-ECONOMICO

Rua Dr. José Gonçalves, 687 - a 100 metros da Av. Salgado Filho
Telefones 2-0706 e 2-4455 - Natal(RN)